



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

MATHEUS YUDI TABATA NAKAOKA

SOB A ÓTICA DO NEOLIBERALISMO: UM ESTUDO DE CASO DA
PRIVATIZAÇÃO DA BR DISTRIBUIDORA

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO
2024

MATHEUS YUDI TABATA NAKAOKA

**SOB A ÓTICA DO NEOLIBERALISMO: UM ESTUDO DE CASO DA
PRIVATIZAÇÃO DA BR DISTRIBUIDORA**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Pinto da Fonseca.

SÃO PAULO

2024

O PRESENTE TRABALHO FOI REALIZADO COM O APOIO DO CONSELHO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ,
PROCESSO Nº 131251/2022-8

THIS STUDY WAS FINANCED IN PART BY THE CONSELHO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ), NUMBER
131251/2022-8

RESUMO

NAKAOKA, Matheus Yudi Tabata. **Sob a ótica do neoliberalismo: um estudo de caso da BR distribuidora**

Discute-se, nesta dissertação, a privatização da BR Distribuidora, importante subsidiária da Petrobras. Com base na ideologia neoliberal, políticas econômicas e sociais voltadas à iniciativa privada, em contraste com a esfera pública, determinam o paradigma de ação dos estados. Nesse sentido, a respeito da privatização, ferramenta realizadora desse ideário, consideram-se empresas públicas como nocivas à sociedade. Em contraste, defende-se a hipótese de que a venda da BR Distribuidora não representou mérito, ou seja, não se justificou. Metodologicamente, fundamentou-se esta dissertação, em relação ao referencial teórico, na linha marxista. Além disso, realizaram-se análises documentais e financeiras da empresa com base nos índices econômicos. Ao fim, comprovou-se a hipótese defendida, compreendendo que a privatização da empresa decorre da penetração do neoliberalismo na Petrobras.

Palavras-chave: BR Distribuidora; neoliberalismo; privatização; Petrobras.

ABSTRACT

NAKAOKA, Matheus Yudi Tabata. **From the perspective of neoliberalism: a case study of BR Distribuidora.**

This dissertation aims to discuss the privatization of BR Distribuidora, an important subsidiary of Petrobras. Within the neoliberal ideology, economic and social policies geared towards private initiative in contrast to the public sphere determine the paradigm of action of states; privatization, as a tool for carrying out this ideology, understands public companies as harmful to society. In contrast, the hypothesis is that the sale of BR Distribuidora was not meritorious, i.e. it was not justified. Methodologically, we follow the Marxist line for the theoretical basis, which is complemented by documentary and financial analyses of the company. In the end, the defended hypothesis is affirmed, and it is understood that the privatization of the company stems from the penetration of neoliberalism within Petrobras.

Keywords: *BR Distribuidora; neoliberalism; privatization; Petrobras.*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – produção das concessionárias que atuam na exploração de petróleo no Brasil de 2011 a 2019 em percentual	58
Gráfico 2 – investimentos anuais da Petrobras nos diferentes segmentos	59
Gráfico 3 – número de trabalhadores da Petrobras e de suas subsidiárias	59
Gráfico 4 – plano de negócios e gestão da Petrobras (2015-2019)	61
Gráfico 5 – número de empregados da BR Distribuidora nos anos de 2013-2019 ...	63
Gráfico 6 – participação no mercado de combustíveis no ano de 2021	67
Gráfico 7 – Volume de Vendas (mil m ³) da BR Distribuidora/Vibra, Ipiranga e Raizen.	68
Gráfico 8 – tabela dos indicadores financeiros da BR/Vibra.....	68
Gráfico 9 – Tabela de Capital de Giro.	71

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. PRIVATIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO.....	9
2.1. O PENSAMENTO NEOLIBERAL	11
2.2. A QUESTÃO MARXISTA ACERCA DO NEOLIBERALISMO	16
2.3. NEOLIBERALISMO NO BRASIL	21
2.4. QUESTÕES ACERCA DA ENERGIA E IMPERIALISMO	36
3. BREVE HISTÓRIA DA BR DISTRIBUIDORA.....	44
3.1. PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA BR DISTRIBUIDORA.....	57
4. HOVE A NECESSIDADE DE VENDA? UMA ANÁLISE DOS NÚMEROS DA EMPRESA.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
BIBLIOGRAFIA	75

1. INTRODUÇÃO

Nesta dissertação de mestrado, investigou-se a privatização da BR Distribuidora, com enfoque no pensamento neoliberal. Além disso, relacionaram-se seus ideários à problemática da privatização. Ressalta-se o interesse por essa temática na academia. Nessa perspectiva, principalmente no ano de 2016, com o golpe institucional, houve a possibilidade de um novo direcionamento das políticas econômicas do Estado brasileiro. A privatização e a austeridade fiscal tornaram-se termos frequentes no discurso cotidiano de políticos e jornalistas, articulados a estratégias para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro, o que possibilitou avanços em relação a uma das maiores empresas de produção e transporte de derivados de petróleo (BR Distribuidora). Intrinsecamente articulado aos argumentos acerca da privatização, o pensamento neoliberal cria e falseia, no imaginário popular, questões como qualidade e eficiência, o que, na realidade, de fato, não ocorre.

O processo de privatizações no Brasil não é recente, desde os anos de 1989, com o “consenso de Washington”, houve delimitação de um modelo a ser seguido pelos países latino americanos; assim, criaram-se diversas diretrizes: disciplina fiscal, priorização e rigidez nos gastos públicos, reforma tributária desonerante da produção, liberalização financeira, liberdade cambial, liberalização comercial, ênfase no investimento do capital estrangeiro, privatização, desregulação e aprovação/reconhecimento da lei de patentes (propriedade intelectual). Para além desses pontos, a infiltração do pensamento neoliberal, propagadas principalmente pela escola austríaca e a escola de Chicago. Dentre as inúmeras leituras, destacam-se dois autores que influenciaram o pensamento neoliberal, Friedrich Von Hayek e Milton Friedman. Hayek defendia a liberdade irrestrita do livre-mercado, e as relações individualistas que justificariam as desigualdades sociais. Assim, como descreve Francisco Fonseca:

como se observa, para Hayek o mercado seria o único mecanismo possível de distribuição -natural e espontânea- de renda. Os que demandassem por “justiça social”, isto é, intervenção (considerada autoritária) do Estado com o fim de retirar recursos dos que se saíssem melhor no mercado, ou simplesmente fossem mais afortunados, e repassá-los aos “fracassados” (os pobres), não teriam compreendido o seu funcionamento. Afinal, o mercado não é concebido como justo ou injusto, pois seu papel seria apenas o de coordenar os agentes produtivos, cabendo a estes, pelo

mérito, promover a **justiça** (ascensão social), que seria, portanto, **individual**. (Fonseca, 2005, p. 67).

Organizou-se esta dissertação em três capítulos, cada qual com seu objetivo. No primeiro, situou-se o leitor sobre a criação da Petrobras e da BR Distribuidora, descrevendo seus impasses com a política da época. Além disso, desenvolveu-se, descritivamente, como ocorreu a privatização da BR Distribuidora. No segundo capítulo, com teor teórico, discutiu-se a questão do neoliberalismo, suas influências e seus críticos, vislumbrando o desenvolvimento histórico neoliberal brasileiro além da questão energética e do imperialismo. Neste capítulo, apresentou-se o quadro teórico com base na crítica do neoliberalismo, conforme autores Marxistas para a explicação do fenômeno, utilizando-se, portanto, autores como David Harvey, Gerard Duménil e Dominique Lévy, entre outros.

Ao fim, no terceiro capítulo, descreveram-se dados acerca dos demonstrativos financeiros da empresa, a fim de elucidar que a privatização não teve sentido em nenhum aspecto a não ser o político ideológico; apresentando-se, por fim, as conclusões finais.

Com a crescente influência neoliberal no Brasil, os problemas sociais e econômicos se intensificaram, tornando-se tema central a discussão sobre a adoção de um Estado mínimo e a consequente privatização de estatais: privatizar ou não? Ressalta-se que essa questão determina os rumos do desenvolvimento nacional e do estado soberano. Portanto, nessa mesma perspectiva, lançou-se o seguinte questionamento de pesquisa: a privatização da BR Distribuidora é justificada?

Além disso, articulada a essa questão, lançou-se a hipótese de que a privatização não foi benéfica e se justificou apenas por motivos ideológicos. Para a resposta da hipótese, metodologicamente, seguiram-se os seguintes passos: pesquisa bibliográfica ampla acerca da temática do neoliberalismo e privatização, também se recorreu a dados e documentos das empresas, Petrobras e BR Distribuidora; disponibilizados nos sites das empresas conforme a Lei de Acesso à Informação (LAI). Realizaram-se, também, entrevistas semiestruturadas que possibilitaram o entendimento do panorama das empresas. Por fim, interpretaram-se os dados por meio de indicadores financeiros de desempenho.

2. PRIVATIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

O Neoliberalismo e a privatização são conceitos intrinsecamente ligados, que tiveram um impacto marcante na trajetória econômica de muitos países, incluindo o Brasil. A ascensão do Neoliberalismo como uma ideologia econômica no final do século XX trouxe consigo a proposta de reduzir o papel do Estado na economia e abrir espaço para a atuação do setor privado. A privatização, por sua vez, é uma das principais estratégias do Neoliberalismo, envolvendo a transferência de empresas e serviços públicos para mãos privadas. Essa abordagem promete aumentar a eficiência, promover a concorrência e estimular o crescimento econômico.

À luz do neoliberalismo, o Estado brasileiro construiu, em algumas fases de sua história recente, medidas que consolidaram a ideologia neoliberal como *práxis* política. Assim, é interessante analisar a evolução histórica desse pensamento e consequentemente como ele se entranhou na sociedade brasileira.

O fundamento do pensamento neoliberal remonta o ano de 1938, conhecido como o "Colóquio Walter Lippmann", no qual diversos intelectuais se reuniram para debater o futuro do liberalismo em um contexto de mudanças significativas na história humana¹. A grande questão que cercou esses pensadores referiu-se à compreensão de como reabilitação o liberalismo diante dos desafios daquele período. A resposta que se procedeu do colóquio: "tratava-se, portanto, de criar um liberalismo positivo, capaz de romper com o naturalismo do liberalismo clássico e, ao mesmo tempo, combater os princípios de planificação social supostamente compartilhados pelo fascismo, socialismo e pelo New Deal". (Mariutti, p.20, 2021).

O sucessor desse projeto surgiu em 1947 com a sociedade *Mont-Pélerin* fundada por Friederich Hayek, contando com diversos nomes: Ludwig Von Mises, Milton Friedman, Michael Polanyi, Karl Popper, entre outros. A sociedade teve como base internacionalizar as ideias neoliberais. Entretanto, o cenário da época não foi favorável à disseminação das ideias neoliberais. Ressalta-se que, entre a década de 1950 a 1970, o capitalismo estava em seu auge, o que muitos autores descrevem

¹ Estavam presentes: Raymond Aron, Robert Marjolin, Roger Auboin, Louis Marlio, Louis Baudin, Ernest Mercier, Marcel Bourgeois, Ludwig von Mises, José Castillejo, André Piatier, John Bell Condliffe, Michael Polanyi, Auguste Detoeuf, Stephan Possony, Friedrich Von Hayek, Wilhelm Röpke, Michael Heilperin, Louis Rougier, Bruce Hopper, Jacques Rueff, Bernard Lavergne, Alexander Rüstow, Walter Lippmann, Alfred Schutz, Étienne Mantoux, Marcel van Zeeland.

como a era de ouro do capitalismo, período em que ideias Keynesianas dominavam a política econômica dos países².

De forma geral e ampla, a sociedade *Mont-Péllerin* obteve sucesso em seu projeto de internacionalização; e, principalmente, renascimento do pensamento neoliberal, razão pela qual:

manteve vivo o interesse pelo liberalismo numa época em que não era uma teoria hegemônica; deu identidade aos intelectuais liberais que se achavam isolados; disseminou idéias liberais para audiências internacionais; aumentou a legitimidade das idéias liberais pelo reconhecimento de seus membros, dentre eles, vários vencedores do Prêmio Nobel de Economia; contribuiu indiretamente para influenciar políticas governamentais através da ação de seus membros como conselheiros ou legisladores; e, ainda, estimulou a criação de instituições liberais por todo o mundo. (Gros, p.8, 2008).

Os *think tanks* de direita, também conhecidos como institutos liberais, desempenharam um papel fundamental não apenas em relação à educação, mas também à moldagem da opinião pública em favor da ideologia neoliberal. Além disso, a influência intelectual exercida por grupos como a *Heritage Foundation*³, em organizações intergovernamentais, como as Nações Unidas, ampliou, de maneira significativa, o alcance do projeto neoliberal em escala global⁴. Em consonância, ocorreu, ao mesmo tempo, a execução da agenda neoliberal em diversas partes do mundo.

Diversas experiências foram postas à prova; na América Latina, o golpe militar Chileno que deporia o então presidente Salvador Allende e colocaria o General Augusto Pinochet no comando por 17 anos. Diante da orientação do grupo denominado “Chicago boys”, o governo militar instaurou políticas de cunho neoliberal, se tornando a grande experiência em solo latino-americano. Também houve experiências em solo argentino. Entretanto, a grande imagem que marcou a

² Harvey, em seu livro, descreve como os estados modernos colocaram em ação as políticas keynesianas: “o que todas essas várias formas de Estado tinham em comum era a aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado — ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos — para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como “keynesianas” foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno”. (Harvey, p.10.2008).

³ *Think Tank* fundado em 1973 nos Estados Unidos da América.

⁴ Ver em *The road from Mont Pelerin. The making of the neoliberal thought collective*. Philip Mirowski e Dieter Plehwe.

política neoliberal foi o governo de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos.

Conhecida como “a dama de ferro”, Thatcher impôs, com ampla aceitação midiática, a política neoliberal; em relação às ações de seu governo, ficou evidente o combate aos sindicatos e aos programas sociais, para além de uma política monetarista com um rígido controle orçamentário. Assim como na Inglaterra, os Estados Unidos seguiram a mesma tônica, Ronald Reagan impôs uma forte luta contra os sindicatos e instalou o neoliberalismo nos Estados Unidos. Apesar das diferenças e particularidades de cada país, o ponto fulcral das experiências neoliberais implicou a construção da hegemonia dentro dos países centrais do capitalismo.

Aos países periféricos, em especial a América Latina, a hegemonia ocorreu, principalmente, com o chamado “consenso de Washington”, receituário que possuía dez diretrizes aos países latino-americanos para sair da crise econômica. Em relação às diretrizes, destacam-se: disciplina fiscal; redirecionamento dos gastos públicos; reforma fiscal; liberalização do financiamento; taxa de câmbio unificada a nível do mercado; liberalização da economia; liberalização ao mercado externo; privatizações; desregulamentação e segurança jurídica sobre a propriedade privada.

Sob novas diretrizes a serem seguidas, ingressam-se, no Brasil, com plena força, os governos neoliberais a partir da década de 1990; apesar de atraso em comparação a outros países latino-americanos, as reformas neoliberais angariadas por Fernando Collor de Melo e posteriormente Fernando Henrique Cardoso (FHC) seguiram com precisão as recomendações feitas pelo “Consenso de Washington”.

2.1. O PENSAMENTO NEOLIBERAL

O termo “neoliberalismo” tornou-se amplamente difundido em diversos contextos, desde o cotidiano até o ambiente acadêmico. No entanto, sua popularização resultou em interpretações simplificadas e, às vezes, pouco claras. Nos diversos países, tanto no centro quanto na periferia do capitalismo, a experiência neoliberal compartilhou diversos traços semelhantes e particularidades que possibilitaram diversas interpretações acerca do fenômeno.

Apesar das diversas interpretações e escolas de pensamento, enfocou-se, a respeito da abordagem desta dissertação, a Crítica Marxista acerca do

neoliberalismo. Não se elencaram outras, pois entende-se que a Crítica Marxista é a mais completa para a explicação da hipótese.

Conforme mencionado, a ideologia neoliberal surge de uma conjuntura histórica na qual diversos intelectuais contribuíram para a formação do que mais tarde viria a ser reconhecido como pensamento neoliberal. É crucial ressaltar que esses intelectuais, em grande medida, originaram-se de escolas de pensamento diferentes. No entanto, a ideologia neoliberal conseguiu aglutinar essas diversas influências em um único movimento. Em específico, o pensamento neoliberal articulou-se, principalmente, a duas vertentes: a escola de Chicago e a escola Austríaca.

A escola de Chicago, cujo membro mais proeminente, o economista Milton Friedman, pauta-se na ideia de um *laissez-faire* extremado, pensamento que representa a expressão do livre mercado e livre concorrência, enfatiza sua importância na vida social. Friedman, em seu livro *Capitalismo e Liberdade*, argumenta que há uma relação intrínseca entre o livre mercado e a liberdade política, em que, em última instância, o capitalismo constitui a forma complexa do livre mercado e das relações de troca, exercendo, assim, a liberdade econômica e política.

Enquanto a liberdade efetiva de troca for mantida, a característica central da organização de mercado da atividade econômica é a de impedir que uma pessoa interfira com a outra no que diz respeito à maior parte de suas atividades. O consumidor é protegido da coerção do vendedor devido à presença de outros vendedores com quem pode negociar. O vendedor é protegido da coerção do consumidor devido à existência de outros consumidores a quem pode vender. O empregado é protegido da coerção do empregador devido aos outros empregadores para quem pode trabalhar, e assim por diante. E o mercado faz isto, impessoalmente, e sem nenhuma autoridade centralizada. (Friedman, p.22).

Ancorada nas liberdades de troca entre indivíduos, a economia de mercado surge como uma ferramenta ideal para garantir o controle das liberdades. Isso se deve ao fato de que, no mercado, predominam relações de impessoalidade, impedindo relações artificiais, e conseqüentemente, danos à sociedade.

Ressalta-se a centralidade do indivíduo no pensamento da Escola de Chicago, em que este é considerado o maximizador das ações humanas. Nesse contexto, o mercado representa o ambiente no qual as trocas satisfazem, plenamente, as necessidades humanas. Apenas os próprios indivíduos

compreendem suas necessidades, em que as trocas realizadas por eles pressupõem uma racionalidade e máxima eficiência, pois nela se realizam suas necessidades de forma voluntária; ao fim, ambos se beneficiam.

Destaca-se, também, a necessidade do governo. Entretanto, não cabe ao governo muitas intervenções, pois as diversas intervenções desequilibraram a harmonia do mercado causando impactos negativos.

A existência de um mercado livre não elimina, evidentemente, a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das "regras do jogo" e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas. O que o mercado faz é reduzir sensivelmente o número de questões que devem ser decididas por meios políticos - e, por isso, minimizar a extensão em que o governo tem que participar diretamente do jogo. O aspecto característico da ação política é o de exigir ou reforçar uma conformidade substancial. A grande vantagem do mercado, de outro lado, é a de permitir uma grande diversidade, significando, em termos políticos, um sistema de representação proporcional. (Idem, p.22).

Assim, cabe ao governo legislar e governar com mínimas intervenções, uma vez que o mercado, em última instância, é capaz de equilibrar e manter coesas as relações entre os indivíduos, que, em última análise, sabem e trocam bens e serviços de forma voluntária. A liberdade, portanto, decorre das escolhas individuais, da empresa privada e do livre mercado.

Primeiro, o objetivo do governo deve ser limitado. Sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos. Além desta função principal, o governo pode, algumas vezes, nos levar a fazer em conjunto o que seria mais difícil ou dispendioso fazer separadamente. Entretanto, qualquer ação do governo nesse sentido representa um perigo. Nós não devemos nem podemos evitar usar o governo nesse sentido. Mas é preciso que exista uma boa e clara quantidade de vantagens, antes que o façamos. E contando principalmente com a cooperação voluntária e a empresa privada, tanto nas atividades econômicas quanto em outras, que podemos constituir o setor privado em limite para o poder do governo e uma proteção efetiva à nossa liberdade de palavra, de religião e de pensamento. (Idem, p.12).

A escola Austríaca teve diversos membros que influenciaram o pensamento neoliberal. Destaca-se: Ludwig Von Mises e Friederich Hayek. Anteriormente, importante salientar as contribuições de Carl Menger, antecessor da escola austríaca e um dos principais contribuintes do movimento marginalista; movimento que nega a Teoria Valor-trabalho e o substitui pelo valor subjetivo. Até hoje utilizada pelos neoliberais, a Teoria do Valor Subjetivo propõe que o valor é fundamentado

pela necessidade que o objeto tem para o indivíduo, ou seja, quem determina o valor é a pessoa.

As contribuições de Menger influenciaram, fortemente, a formação da escola austríaca e seus autores; dentre eles, um dos mais influentes e conhecido no mundo, Ludwig Von Mises, feroz combatente do socialismo e propagador das ideias austríacas.

Entre os vários escritos e ideias de Mises, destacam-se alguns que contribuíram para o entendimento das ideias neoliberais. Um deles trata das relações humanas e das escolhas individuais. A praxeologia, teoria que busca explicar a ação humana, é fundamental nesse contexto. Mises tenta explicar a economia com base no cerne da ação humana racional, a praxeologia portanto, “lida com as ações individuais dos homens. Só mais tarde no curso de suas investigações, é que consegue compreender a cooperação humana, e a ação social é então considerada como um caso particular da categoria mais universal da ação humana”. (Mises, p.69, 2010). Assim:

a praxeologia e a economia lidam com os meios empregados para atingir fins escolhidos pelos indivíduos. Não se manifestam sobre questões tais como se o sibirismo é melhor do que o ascetismo. Só se preocupam em verificar se os meios empregados são ou não apropriados para atingir os objetivos que o homem deseja alcançar. (idem, p.128, 2010).

A praxeologia constitui uma abordagem metodológica que busca compreender a ação humana e as consequências das escolhas individuais e sociais. Mises acreditava que esse enfoque fornecia uma base sólida para compreender a economia e criticava os métodos empiristas que, segundo ele, careciam de uma ciência verdadeira.

Com base nessa metodologia, outra temática de grande importância é o fracasso do socialismo como sistema econômico. Em seu trabalho "O Cálculo Econômico sob o Socialismo", argumenta que, em uma sociedade socialista, a sustentabilidade seria inviável, uma vez que o cálculo econômico se tornaria impossível em uma economia controlada pelo Estado.

Seguindo-se essa lógica, pode ser tentador querer fazer — por meio de analogias — estimativas e valorações individuais para determinados grupos de produção no estado socialista. Mas isso seria totalmente impossível, pois cada cálculo econômico para cada seção individual da mesma empresa só pode ser feito se houver um livre mercado de formação de preços. É

exatamente nas transações de mercado que os preços de mercado — a serem tomados como base para todos os cálculos — são formados para todos os tipos de bens e mão-de-obra empregados. Onde não há um livre mercado, não há mecanismo de preços; e sem um mecanismo de preços, é impossível haver cálculo econômico. (Mises, p.35, 2012)

Ou seja, se é o estado que determina os preços, não há como obter o cálculo econômico, pois estaria sujeito a artificialidades e intervenções políticas que seriam irracionais, tendendo, assim, a uma alocação de recursos ineficiente.

Entre os austríacos mais renomados, destaca-se Friedrich Hayek. Seus pensamentos são marcados pela exaltação da liberdade econômica e individual, como evidenciado em suas obras mais célebres: "O Caminho da Servidão" e "Os Fundamentos da Liberdade". Além disso, Hayek é conhecido por sua contribuição à Teoria dos Ciclos Econômicos⁵.

O livro "O caminho da servidão" demonstra o pensamento de Hayek acerca do livre mercado e do capitalismo. Ao descrever como as ameaças totalitárias se formam, Hayek argumenta que a liberdade econômica e política é indissociável, e que o controle estatal e o planejamento centralizado levam, inevitavelmente, à tirania. Ao descrever sobre a questão do totalitarismo e controle econômico, ele afirma que:

a questão suscitada pela planificação econômica não consiste, portanto, apenas em determinar se teremos condições de satisfazer o que consideramos nossas necessidades mais (ou menos) importantes segundo nossas preferências. Consiste em determinar se cabe a nós decidir o que nos é de maior ou menor importância ou se essa decisão será tomada pelo planejador. (Hayek, p.114, 1990).

E acrescenta:

a autoridade que dirigisse toda a atividade econômica controlaria não só o aspecto da nossa existência que envolve as questões inferiores; controlaria também a alocação dos meios escassos e os fins a que seriam destinados. Quem controla toda a atividade econômica também controla os meios que deverão servir a todos os nossos fins; decide, assim, quais deles serão satisfeitos e quais não o serão. É este o ponto crucial da questão. O controle econômico não é apenas o controle de um setor da vida humana, distinto dos demais. É o controle dos meios que contribuirão para a realização de todos os nossos fins. Pois quem detém o controle exclusivo dos meios também determinará a que fins nos dedicaremos, a que valores atribuiremos maior ou menor importância — em suma, determinará aquilo

⁵ A Teoria dos Ciclos Econômicos tenta explicar como emissão de moeda gera cenários de recessão econômica.

em que os homens deverão crer e por cuja obtenção deverão esforçar-se.
(Idem, p.114, 1990)

O principal argumento da obra de Hayek é a crítica ao planejamento centralizado da economia e ao intervencionismo estatal, defendendo que a ordem espontânea que emerge de milhões de interações individuais livres é muito mais eficiente do que qualquer tentativa de controle estatal, enfatizando, assim, a importância dos mercados livres, da propriedade privada e do estado limitado como fundamentos essenciais para a preservação da liberdade.

Sendo esses os principais autores que compõem o pensamento neoliberal, o paradigma desse pensamento se conflagra, portanto, absorvendo as ideias desses autores. Assim, salientam-se algumas características do neoliberalismo: predominância do individual sobre o coletivo, ou da esfera privada à esfera pública; a reorganização do estado, para um estado de mercado, partindo para, assim, a máxima privatização de ativos públicos, abertura econômica para a maior competição; desmontagem do estado de bem-estar social e todas suas políticas públicas, pois elas seriam onerosas, ineficientes e autoritárias. Para além, a concepção de liberdade agora está ligada, intimamente, à liberdade de mercado, pois é nela que os sujeitos livres conseguem satisfazer suas necessidades; e por último, a liberdade política e econômica está ligada, intrinsecamente, aos preceitos de um livre mercado, sem a interferência desnecessária do estado.

2.2. A QUESTÃO MARXISTA ACERCA DO NEOLIBERALISMO

A virada neoliberal delimitou um novo paradigma que se disseminou em todos os cantos do mundo; cada experiência delimitou interpretações e abordagens únicas, como a abordagem Foucaultiana, em que o neoliberalismo é compreendido por meio das governanças dos corpos — biopolítica. Assim, tem-se nos autores como Dardot e Laval, Wendy Brown e claro Foucault seus principais expoentes, incluindo-se, também, outras abordagens como a de Bourdieusiana e Weberiana⁶.

Apesar das diversas interpretações e escolas de pensamento, a abordagem desta dissertação assenta-se na Crítica Marxista acerca do neoliberalismo. A

⁶ Ver com detalhes no artigo O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. Daniel Pereira de Andrade.

escolha dessa interpretação da realidade se deve ao entendimento de que a Teoria Marxista abarca as questões suscitadas e consegue respondê-las da melhor maneira possível.

Segundo o Pensamento Marxista, o neoliberalismo configura uma nova forma de acumulação. Surgindo a partir da década de 1970, com a crise do petróleo, o neoliberalismo visou a um projeto de dominância global que combateria as “esquerdas”, em especial o welfare-state (estado de bem-estar social), pautadas no pensamento keynesiano e nos estados socialistas. Perry Anderson (1995), em seu texto "Balanço do Neoliberalismo", descreve como houve a hegemonia do pensamento neoliberal em âmbito internacional, demonstrando que, apesar de certa resistência, ao fim, o neoliberalismo conquistou os quatro cantos do planeta.

Em princípio, pode-se sintetizar o neoliberalismo como:

uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. De também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (Harvey, pag.6, 2008).

Assim, uma nova ordem social surgiu, ligada à construção de uma nova hegemonia político-econômica, pautada na falsa convicção de que o mercado e as instituições privadas conseguiriam prover a justiça e o bem-estar humano naturalmente. Entretanto, destaca-se que, como diz Saad Filho (2015), não se pode entender o neoliberalismo apenas como um conjunto de políticas, pois seria simples a sua reversão ou derrocada; para o entendimento do neoliberalismo, devem-se analisar as suas características sistêmicas e seu impacto nas relações de classes, no estado e na forma de reprodução da economia e sociedade.

Em relação ao capitalismo, a hegemonia político-econômica do projeto neoliberal determinou uma nova dinâmica, em que as classes dominantes detinham

um novo objetivo de classe, a máxima concentração de renda para as classes dominantes⁷:

sob esse aspecto, uma nova ordem social é também uma configuração de poder, e implícita nesta última noção está o poder de “classe”. A essa observação, as estruturas de contabilidade nacional acrescentam que uma fração grande e crescente da renda do capital norte-americano vem de fora dos Estados Unidos. Isso envolve não apenas relações de classe, mas também hierarquias imperiais, uma característica permanente do capitalismo. (Duménil e Lévy, p.18, 2014).

Nesse sentido, ressaltam-se duas observações importantes. Em primeiro lugar, com a abertura de mercado e a flexibilização da economia, principalmente para o capital financeiro, testemunhou-se o aumento do poder das classes dominantes internacionais em âmbito global; pois o capital não teria limites de localidade. Em segundo lugar, ocorreu a reafirmação dos Estados Unidos como a nação mais poderosa e influente do mundo, estabelecendo, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, sua posição imperialista perante outros países. Emergindo, portanto, uma nova forma de dominação, principalmente no âmbito econômico, em que:

o objetivo dessa dominação é a extração de “excedentes” pela imposição de preços baixos aos recursos naturais e investimentos no exterior, seja ele em bolsa ou o investimento externo direto. O fato de os países da periferia desejarem vender seus recursos naturais e receber investimentos externos não altera a natureza das relações de dominação, assim como, no interior de um país, os trabalhadores se dispõem a vender sua força de trabalho, a fonte última de lucro. (Idem, p.19, 2014).

Essa questão se tornou evidente, especialmente, nas falas dos neoliberais quando tentaram retomar e reafirmar a Teoria das Vantagens Comparativas. Além disso, dentro do contexto neoliberal, Harvey descreve esse novo processo de acumulação de capital como “acumulação por espoliação”, em continuidade com a questão que Marx abordou acerca da acumulação primitiva de capital. Nesse sentido, Harvey lista quatro características desse tipo de acumulação:

1. Privatização e mercadização. Trata-se da transferência de ativos do domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe,

⁷ Deixa-se claro que a mudança de estratégia de classes ocorreu pela crise dos anos 70 e o fim da “Era de Ouro do Capitalismo” (governos keynesianos), que diminuiu, drasticamente, a lucratividade destes.

abrindo-os à acumulação capitalista, como nos casos da utilidade pública (água, telecomunicações e transporte), dos benefícios sociais (habitação social, educação, assistência à saúde e pensões), das instituições públicas (universidades, laboratórios de pesquisa e presídios), das formas culturais (turismo e música), dos bens comuns ambientais globais (terra, ar e água), dos direitos de propriedade intelectual (patente de materiais genéticos e biopirataria) e dos direitos de propriedade comum (direitos à aposentadoria estatal, ao bem-estar social e a um sistema nacional de saúde).

2. **Financiarização.** Característica marcada pelo estilo especulativo e predatório, ou por operações fraudulentas e pela dilapidação e transferência de recursos via inflação, fusões e aquisições, endividamentos de famílias e do Estado, comissões sobre transações supérfluas, contabilidade criativa e ataques especulativos realizados por fundos de derivativos e grandes instituições financeiras.

3. **Administração e manipulação de crises.** Crises orquestradas, administradas e controladas pelo complexo formado pelo Tesouro dos Estados Unidos, por Wall Street e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que lançam a rede da dívida como forma de transferir a riqueza dos países pobres para os países ricos.

4. **Redistribuições via Estado.** Uma vez neoliberalizado, o Estado contribui para reverter o fluxo redistributivo em direção das classes altas, realizando privatizações, códigos tributários regressivos, subsídios e isenções fiscais a pessoas jurídicas e direcionamento de verbas públicas para beneficiar grandes corporações. (Andrade, p.13, 2019).

Em conformidade com os argumentos de Harvey, Duménil e Lévy, em seu artigo neoliberalismo e neo-imperialismo, contribuíram ao demonstrar as transferências de renda para os capitalistas, principalmente por meio das elevadas taxas de juros⁸. Explicitando, então, uma relação que a Teoria Marxista realizada entre o sistema neoliberal e a financeirização da economia.

A financeirização é uma característica estrutural da acumulação e da reprodução social sob o neoliberalismo. Nesse sentido, as 'finanças' incluem não apenas os bancos e instituições de investimento (fundos de pensão, fundos mútuos, bolsas de valores, seguradoras e outras firmas lidando principalmente com o capital portador de juro), mas também o braço financeiro do capital industrial, cuja lucratividade depende cada vez mais da engenharia financeira. (Saad, p.2, 2011).

O surgimento dessa nova ordem social, chamada neoliberalismo, operou, principalmente, pelas vias da financeirização da economia, em que o capital portador de juros se situa no centro das relações econômicas e sociais (Almeida e Paulani, p.5, 2011), implicando, então, a especialização dos capitais em acumulação por meio das finanças, dotando os grandes empresários uma importância em nível global, conseqüentemente, orientando a máxima valorização para o rentismo.

⁸ Ver em Neoliberalismo – Neo-imperialismo. Gérard Duménil e Dominique Lévy. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007.

Resulta-se, portanto, uma Petrobras voltada para os acionistas, que delimita a empresa estratégias de lucros rápidos; vendas de barris de petróleo, privatização de refinarias e subsidiárias são exemplos.

Como já falado anteriormente, o estado possui um papel importante no pensamento neoliberal. Assim, o seu papel é determinante para o funcionamento do sistema e, apesar do discurso de senso comum acerca do estado mínimo, impõe-se que:

o neoliberalismo baseia-se no poder do Estado para impor a hegemonia da finança globalizada em cada área da vida social, em particular a própria produção, sob o véu ideológico da não-intervenção; e ele exige que cada Estado nacional dirija, apoie e gerencie a internacionalização da produção e das finanças em seu território. A forma de reprodução social que se segue é tipicamente neoliberal – ela é a forma historicamente específica de existência do capitalismo contemporâneo, ou o sistema de acumulação dominante. Ele engloba as formas atualmente normativas de produção e emprego, das trocas internacionais, do Estado, da ideologia e do modo de reprodução da classe trabalhadora. (Saad, p.10, 2015).

Em suma, o estado neoliberal necessita criar um ambiente favorável ao capital estrangeiros, aos seus negócios e investimentos. Questões sociais como direitos trabalhistas, previdenciários, saúde, educação, meio ambiente, entre outros, são escanteados para a inserção de pagamento de juros a bancos, juros da dívida pública, partilha de dividendos a rentistas, repressão dos sindicatos e movimentos sociais, política de austeridade, privilégios a grandes empresas etc. Opera-se, então, a partir de um papel ativo do estado, as políticas neoliberais.

Nessa nova ordem social, determinou-se uma classe trabalhadora cada vez mais pauperizadas. Diminuição dos direitos trabalhistas e sociais, degradação do salário, intensificação do trabalho, flexibilização das leis trabalhistas. Essas questões determinam a precarização da classe trabalhadora em relação ao neoliberalismo⁹, paradoxalmente, a penetração da ideologia neoliberal imputou, no âmago da classe operária, a culpabilização do fracasso, sendo algo individual e não estrutural, a meritocracia, o empreendedor de si mesmo. Essas questões, Gramsci descreve como pensamento hegemônico, ou seja, articulado ao capitalismo. A classe dominante, para além de possuir os meios coercitivos como o exército, também possui a hegemonia dentro do aparato estatal e da sociedade, em que a hegemonia significa o predomínio dos valores da burguesia sobre as demais classes, difundido,

⁹ Ver Ricardo Antunes. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal.

assim, seus pensamentos, comportamentos, modo de vida, costumes, morais por toda sociedade. Apesar disso, a luta de classes se manifesta em primeiro lugar nas frações de trabalhadores do setor, principalmente os sindicalizados, que historicamente luta contra as privatizações, corte de gastos e de direitos¹⁰.

2.3. NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Após décadas de repressão militar, sagrou-se a então “constituição cidadã” em 1988, e, em 1989, houve a primeira eleição direta pós-ditadura militar. Em 1990, houve a posse de Fernando Collor de Mello para a presidência do Brasil. Com a eleição de Collor, explicitou-se o projeto que se construiria até o fim da década; entretanto, não era consenso para a população quais os rumos que o Brasil deveria tomar; a luta ideológica era acirrada¹¹, o Brasil havia saído de uma ditadura e as lutas sociais estavam a todo vapor, a ascensão dos movimentos sociais e grevistas por todo o território nacional impedia a fácil instalação do neoliberalismo como pragmática governamental. Além disso, houve uma possibilidade de vitória da ala de esquerda, representada pelo PT e pelo seu candidato Lula.

Com receio da vitória de Lula, necessitou uma aliança entre as diversas frações da classe burguesa para apoiar a candidatura de Collor e, conseqüentemente, sua eleição para presidente do Brasil. Importante destacar o papel da burguesia, especificamente a fração burguesa da mídia que deteve um papel importante para a construção do consenso.

De fato, as mídias tradicionais tiveram grande impacto na vitória de Collor. Posteriormente, em seu governo, a edificação do pensamento neoliberal consequência da extensiva propaganda pré-eleição e, *a posteriori*, fundou, de certa forma, um senso comum¹² que perdura até os dias atuais.

¹⁰ Greve de 1995 reivindicava a garantia de direitos adquiridos, manutenção da Petrobras como empresa integrada e indutora do desenvolvimento nacional, e a suspensão da venda de ativos da empresa. Greve de 2009 contra a redução de direitos e descumprimento de acordos trabalhistas. Greve de 2020 fechamento da Fafen-pr e demissão em massa de funcionários.

¹¹ Não por menos a eleição presidencial em 1989 foi acirrada. No primeiro turno, Collor obteve 26% dos votos totais e Lula 16%. E, no segundo turno, a margem ficou em 53% para Collor e 47 para Lula. Dado retirado do site do TSE.

¹² Detém-se o significado de Senso comum a partir da ideia Gramsciana, ou seja, o senso comum como uma concepção de mundo não sistemática e espontânea, destacando, assim: “características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular” (Gramsci, p. 101, 2023).

Como descrito acima, a primeira eleição direta teve uma intensa luta ideológica envolvida; a então “constituição cidadã”, promulgada em 1988, com seu forte teor popular e social inspirou um futuro com tons de uma social-democracia, demonstrando, de certa forma, uma vitória dos setores da esquerda, e proporcionalmente um enfraquecimento do pensamento liberal. A constituição apresentaria diversos avanços no campo social, como na área da saúde, educação e distribuição de renda, o que, por consequência, diminuiria a desigualdade no Brasil¹³.

Em contramão do movimento internacional, a nova constituição possibilitaria uma reorganização do estado brasileiro, na qual a burguesia doméstica necessitaria apoiar um projeto nacional com uma forte participação do estado principalmente na temática dos direitos sociais. Questão que a própria burguesia não poderia aceitar, alinhada aos interesses da burguesia internacional e do neoliberalismo. Assim, a mídia tradicional necessitou construir uma narrativa em defesa do neoliberalismo, em parte por ser subordinada a burguesia internacional e sobretudo ao conflito capital/trabalho evidente com a constituição de 88; em que:

... a luta pela hegemonia ultraliberal aproximou jornais com histórico e perfis muito diferente entre si. A grande imprensa, portanto, propôs as mesmas políticas, desqualificou da mesma forma os mesmos adversários, procurou *dirigir* a sociedade- sobretudo os centros decisórios e outros polos de poder, como os empresários-, formulou as mesmíssimas imagens acerca da “modernidade” e da inserção do Brasil no (mágico) “primeiro-mundo”, entre outras formas de agir. (Fonseca, p.393, 2005).

A luta pela hegemonia era evidente, um caso emblemático foi a eleição de 1990, em que o sistema globo de comunicação escolheu e apoiou Collor à presidência do Brasil, causando grande impacto no resultado da eleição, além, claro, da construção da opinião pública por meio de jornais tradicionais como a folha de São Paulo, O estado de São Paulo e Jornal do Brasil.

A vitória do neoliberalismo ocorreu com a eleição de Collor, que representou o triunfo da agenda neoliberal; e, para a grande mídia, a entrada do Brasil no mundo

¹³ Ressalta-se que a esquerda não ocupava a maioria no congresso, apesar da clara desvantagem de parlamentares, diversos fatores confluíram para a construção de uma constituição mais progressista; a intensa participação da sociedade civil e de movimentos sociais nas comissões e subcomissões, consequentemente a ofensiva da bancada de esquerda, puxando a constituição mais à esquerda; e o fracionamento da direita com sua falta de atenção. Esses fatores permitiram a criação de uma constituição progressista, assentada no direito à propriedade privada e à livre iniciativa.

moderno. Apesar das diferenças de opiniões, em geral, a grande mídia aceitou o Plano Collor e o entendeu como condutor da implementação do estado neoliberal no Brasil.

O plano Collor I anunciou o início da Era Neoliberal no Brasil, em que o combate à inflação foi a principal frente do novo governo, mas também teve como base um “processo de redefinição do padrão de acumulação capitalista e de ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas” (Maciel, p.5, 2011). O então chamado Plano Brasil Novo, apresentou dezesseis medidas provisórias que contemplaram esse aspecto. Em relação às medidas, destaca-se a reforma monetária; o bloqueio de liquidez dos haveres financeiros (confisco); congelamento dos preços; nova lei salarial; reforma administrativa; reforma fiscal; criação do programa de desestatização; liberalização do câmbio; e o fim de barreiras e controle de importações. Em síntese, o plano Collor apresentou os preceitos da ortodoxia liberal, sugeridos pelas organizações internacionais, mas que ao fim não deram certo, durando pouco menos de um ano e inaugurando o então segundo plano Collor.

Aprovada a Lei n.º 8177, o Plano Collor II teve a intenção de desindexar a economia. Já visto com pessimismo e desconfiança, o plano não deu certo¹⁴. Por seguinte, a então ministra da economia Zélia Cardoso de Mello foi demitida da pasta¹⁵ e Marcílio Marques Moreira assumiu o posto, mudando o plano Collor II que durou, apenas, 5 meses, sendo substituído pelo Plano Marcílio que durou até o ano de 1994.

Em linhas gerais, em termo de política econômica, a administração Marcílio Marques Moreira tentou imprimir o que se chama de “choque liberal”, o qual consistia, basicamente, na aposta de um ajuste recessivo, com altas taxas de juros, câmbio desvalorizado, e sequência de “pequenos tarifaços” visando aliviar as contas das estatais (Bastos e Ferraz, 401, 2021).

¹⁴ Às vésperas de completar seu primeiro ano, o governo Collor manteve-se longe de ter atingido as metas principais do Plano Brasil Novo. Em março, a inflação acumulada nos últimos 12 meses chegou a 437,02% (IBGE, 2008), a taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas foi de 6,42% (IBGE, 2003), o Produto Interno Bruto (PIB) foi reduzido em 4,77% (Banco Mundial, 2017) e a renda *per capita* regrediu a níveis muito baixos (Chaves, p.9, 2020).

¹⁵ Além dos resultados econômicos negativos, também pesaram, politicamente, contra Zélia Cardoso de Mello os diversos conflitos e disputas em âmbito nacional e internacional; como as brigas ministeriais com o STF e a negociação da dívida externa com o FMI.

Como um político e economista conservador e tradicional voltado para o mercado financeiro internacional, Marcílio possibilitou uma melhor inserção do ideário neoliberal no governo Collor, o que se esperava desde o começo de seu governo. Com a liberalização do mercado de capitais, renegociaram-se as dívidas externas por meio de títulos securitizados além da obtenção de novos empréstimos de instituições internacionais.

Apesar de todas as crises e polêmicas do governo Collor; polêmicas que levaram ao seu *impeachment* em 1992; de certa forma, logrou-se com sucesso a inserção do neoliberalismo em território brasileiro, isto porque, apesar do Plano Collor não satisfazer, em plenitude, a direita por decisões políticas controversas, como o confisco da poupança, também houve políticas de cunho liberal. Ressaltam-se duas políticas, a primeira de abertura comercial e o programa nacional de privatizações.

No que tange à abertura comercial, a estratégia governamental foi de liberalização da economia, gerando, assim, maior competitividade e inovação tecnológica para o mercado interno. Estrategicamente, seguiu-se a cartilha neoliberal, e a abertura comercial proporcionou a elevação da concorrência.

Em 1990, foi instituída a nova Política Industrial e de Comércio Exterior, que extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias herdadas do período de substituição de importações e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação. As reduções se dariam gradualmente entre 1990 e 1994, de modo que, no final do período, a tarifa máxima seria de 40%, a média de 14%, a modal de 20% e o desvio-padrão inferior a 8%. (Averbug, p. 4).

A efeitos práticos, a abertura comercial não apresentou melhoras para o Brasil. Na realidade não houve avanço produtivo, seja em ganho de produtividade, avanços nas cadeias produtivas (fronteiras tecnológicas), pauta exportadora, em especial naqueles países com um elevado parque tecnológico e industrial.

Um dos principais pontos do governo Collor foi a tentativa de privatização das empresas públicas, o Programa Nacional de Desestatização (PND), criado a partir da Lei n.º 8301 de 1990, demonstrou ao mercado intenção do estado em aderir ao paradigma neoliberal, reduzindo, portanto, o tamanho e o espaço de atuação do estado. Nos termos da lei, poderiam ser privatizadas empresas controladas direta ou indiretamente pela União, setores como siderurgia, petroquímica, fertilizantes,

materiais de transporte, mineração de cobre, bens de capital, material aeronáutico, entre outros poderiam ser privatizados.

Com forte participação do estado, o PND tinha como base três agentes: a comissão diretora do Programa de desestatização; o fundo nacional de desestatização que seria gerido pelo BNDES e uma equipe de consultores do setor privado e auditores independentes. O papel principal coube à comissão diretora, a qual traçou a estratégia a ser seguida para a privatização; em sua responsabilidade, destaca-se a apresentação de empresas alvos a serem privatizadas, o planejamento e o modelo a ser seguido. No caso do BNDES, seu papel como gestor foi de administrar o fundo nacional de desestatização, a fim, assim, de:

apoiar administrativa e operacionalmente o Programa, estabelecer as exigências necessárias para o registro da empresa de consultoria e contratá-las mediante licitações públicas, submeter à Comissão Diretora as condições gerais da venda dos ativos, inclusive o preço mínimo das ações, realizar as tarefas encaminhadas pela Comissão e coordenar e supervisionar o trabalho dos auditores e consultores que trabalharem nas privatizações (Piccolo, p.7, 2013).

O terceiro grupo composto por auditores e consultores independentes teve diversas funções, a principal implicou a análise econômica da empresa alvo e indicação de um preço mínimo para a venda. Apesar de todo esforço, objetivamente não se cumpriu o estabelecido; o principal objetivo para privatizar foi uma reordenação estratégica da economia e, principalmente, diminuição da dívida pública. Porém, como descreve Aloysio Biondi em O Brasil privatizado:

nas primeiras privatizações, o governo chegou a aceitar que o pagamento fosse totalmente feito em “moedas podres”, isto é, títulos antigos emitidos pelo governo e que podiam ser comprados por até 50% do seu valor. A própria Companhia Siderúrgica Nacional foi “vendida” no leilão por 1,05 bilhão de reais, mas esse valor foi pago em sua quase totalidade, ou 1,01 bilhão de reais, com “moedas podres”, com apenas 38 milhões de reais pagos em dinheiro. Em outras palavras, foi nula a entrada de dinheiro nos cofres do governo, que na prática apenas recebeu de volta uma parcela de sua dívida em títulos (exemplo: Títulos da Dívida Agrária, espécie de “promissória”, a ser paga ao longo dos anos, entregue a proprietários rurais que tiveram suas fazendas desapropriadas) (Biondi, p.17, 1999).

Em suma, o modo como realizaram-se as compras das empresas não proporcionou dinheiro para os cofres públicos; a utilização das ditas “moedas

pobres” e de outros métodos de pagamento¹⁶ foi predominante e a utilização do cruzeiro e cruzado como método de pagamento foi subestimada. Não se pode, portanto, afirmar que o projeto obteve sucesso, pois ele não alcançou, plenamente, seus objetivos. Em relação ao saneamento das contas públicas, as privatizações não surtiram efeito impactante, conforme Giambiagi e Pinheiro¹⁷. Por outro lado, a crise que ocorreu durante quase todo o governo Collor enfraqueceu a ascensão do governo neoliberal, a inflação não baixou e os contínuos escândalos de corrupção diminuíram a confiança de seu governo. Essas questões impossibilitaram a ascensão do neoliberalismo no mandato Collor, mas preparou o terreno para o governo de Fernando Henrique Cardoso para implementar as mudanças necessárias para o governo neoliberal.

O auge do neoliberalismo ocorreu com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidência do Brasil, em que houve ostensivas reformas que consolidaram o neoliberalismo como pragmática governamental. Apesar da euforia do Plano real e do próprio FHC se apresentando como pai do Plano, entende-se que não foi esse o motivo de sua eleição, mas sim como Fiori descreve:

o Plano Real não teria sido concebido para eleger FHC mas, na ordem inversa, a candidatura FHC teria sido gestada pelas novas elites dominantes para viabilizar, no Brasil, a coalizão de poder capaz de dar sustentação de permanência ao programa de estabilização hegemônico (Fiori, 1995, p. 236 apud Sallum, 1999).

O novo governo empossado teve como premissa uma forte reforma do estado que seus antecessores não conseguiram, e, de fato, isso ocorreu. Houve diversas reformas que completaram o sistema institucional de cunho neoliberal. A liquidação do estado parte do projeto neoliberal foi evidente. Em seus discursos, FHC deixou claro o novo papel que o estado desempenhou. “O fim da era Vargas”¹⁸ foi o tom de seu governo, desmontando o estado até então nacional desenvolvimentista.

Em seu governo, realizaram-se várias reformas para o estado brasileiro se readequar à hegemonia internacional. Ressaltam-se as privatizações, abertura externa, a reforma gerencial do estado, e a aprovação da Lei de Austeridade e

¹⁶ Estão inclusos os certificados de privatização, dívidas de securitização da União, títulos da dívida agrária, letras hipotecárias, e títulos das dívidas externas.

¹⁷ As empresas estatais e o programa de privatização do Governo Collor.

¹⁸ Frase de FHC ao sancionar a Lei de Concessões.

Responsabilidade Fiscal como pedras basilares para a reformulação do estado brasileiro.

Logo nos primeiros meses de governo, baixou-se a Lei n.º 8987, conhecida como Lei das Concessões, permitindo que empresas privadas prestassem serviços públicos em setores de infraestrutura, transporte e energia. Seguindo fielmente a cartilha neoliberal, houve, também, a flexibilização da participação de instituições financeiras estrangeiras no mercado de crédito bancário brasileiro¹⁹, elevação das tarifas de importação de diversos produtos e, principalmente, a intensificação do programa nacional de desestatização do antigo governo Collor.

A continuação do PND pautou-se na mesma retórica, ajuste fiscal, redução dos déficits públicos, modernização do parque industrial, e fortalecimento do mercado de capitais. Com a Criação do Conselho Nacional de Desestatização (CND), subordinado diretamente ao presidente da República, a agilidade das privatizações se tornou evidente.

Esta nova configuração institucional tem, assim, as vantagens de ampliar o alcance do programa e conferir-lhe maior agilidade, sem prejuízo do rigor técnico e da transparência a que devem estar submetidas as operações de desestatização. A maior abrangência do PND será obtida com a concessão de serviços públicos, a privatização de instituições financeiras e a inclusão de novas empresas. (Presidência da República, p. 9, 1995).

De fato, a privatização ocorreu de forma mais intensa no governo FHC, possibilitando a privatização em setores antes não incluídos, principalmente petroquímica, energia e telecomunicações. Empresas como a Telebras, Vale do Rio Doce, quebra do monopólio estatal da Petrobras²⁰. Destaca-se mudanças no artigo 177 da constituição federal com a emenda constitucional nº9, de 1995, que quebra o monopólio da união na pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás, no refino do petróleo e gás, na importação e exportação e no transporte.

Fora do campo governamental, também havia uma forte campanha a favor das privatizações por parte da mídia, ocultando diversos escândalos.

Portanto, respectivamente, o poder judiciário e a grande mídia blindaram/ocultaram os escândalos das privatizações, permitindo todo tipo de transação ilegal, antieconômica e antinacional, e encobrindo o que popularmente foi considerada uma verdadeira “doação” do patrimônio

¹⁹ Ver a exposição de motivos n.º 311/1995 do Ministério da Fazenda.

público a agentes privados, nacionais e estrangeiros. (Fonseca, p.181, 2019).

Entre os diversos escândalos, destaca-se o caso de Ricardo Sergio. Entre as diversas acusações, mencionou-se o pagamento de propina e favorecimento durante as privatizações²¹. Independentemente, com o sucesso das privatizações, o assentamento e dominância da ideologia neoliberal implicou a construção de um estado que se construiria em pouco menos de 50 anos. No plano político ideológico, o PND obteve sucesso. Se, no período de Collor, os resultados demonstraram-se tímidos; no governo FHC ocorreu o oposto: a venda de empresas estatais bateu o recorde; o alcance das privatizações também ocorreu em nível estadual e municipal, apresentando uma grande importância na reestruturação das dívidas. Conforme Pinheiro e Giambiagi,

a negociação da dívida consistiu na transferência de dívidas estaduais que pagam taxas de juros de mercado para o governo federal, tendo como garantia as receitas futuras dos estados (durante um prazo de 30 anos). Como a taxa de juros real sobre os empréstimos do governo federal aos estados é de 6% e a taxa de juros do mercado é maior (ver anexo), esse acordo envolveu até certo ponto uma “federalização” dos prejuízos estatais. (Pinheiro e Giambiagi, p.30, 1999).

Nesse sentido:

na venda da Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), o governo ficou responsável por dívidas de 1,5 bilhão de reais (além de o governo paulista ter adiado o recebimento de 400 milhões de reais em ICMS atrasado). Quanto o governo recebeu pela venda? Só 300 milhões de reais. Isto é, o governo “ganhou” uma dívida de 1,5 bilhão de reais, e os “compradores” pagaram somente 300 milhões (Idem, p.16, 1999).

Um total de mais de 100 empresas foram privatizadas, considerando-se empresas federais e estaduais; e, apesar da propaganda e argumentos acerca da necessidade de venda dos ativos públicos, o fim de seu governo demonstrou o impacto irrisório das privatizações.

No âmbito institucional, a reforma gerencial do estado projetada por Luís Carlos Bresser-Pereira, em 1995, fortaleceu, no aparato estatal, a lógica neoliberal, apesar de este negar essa afirmativa, significando-a como a reforma “da” e “para” a democracia.

²¹ Ver em Privataria Tucana. Amaury Ribeiro Jr.

Não sendo o objetivo deste trabalho discutir a reforma gerencial do estado, não cabe discussão, detalhadamente, de seus pontos. Entretanto, ressalta-se que, enquanto uma nova forma de racionalidade, embutida no seio da administração pública, a reforma gerencial possibilitou o aprofundamento do estado neoliberal. Em resumo, a reformulou surgiu:

da pressão por maior eficiência ou menores custos que se seguiu à transformação do Estado Democrático Liberal em Estado Democrático Social. Por outro lado, ao significar, do ponto de vista administrativo, a transição do Estado Burocrático para o Estado Gerencial, revelou-se um instrumento fundamental das sociedades modernas para neutralizar a ideologia neoliberal que buscava diminuir o tamanho do Estado na medida em que, ao tornar mais eficiente (embora jamais tão eficiente quanto gostaríamos) a provisão dos serviços sociais públicos ou coletivos, legitima o próprio Estado Social, e garante seu aprofundamento futuro. (Bresser-Pereira, p.5, 2010).

Apesar da romântica defesa da reforma como um instrumento dos estados modernos para alcançar a eficiência (lógica neoliberal), e justiça social, observa-se fora do escopo idealístico o contrário oposto. A descentralização do estado e a criação de organizações sociais possibilitaram, apenas, um esvaziamento do estado como promotor de justiça social. Enquanto pensamento e ação:

o gerencialismo se constitui em uma racionalidade que justifica e propõe a reprodução da lógica de mercado em todas as dimensões da vida associada, operando como uma matriz teórico-ideológica subsidiária do neoliberalismo, com uma função organizadora das práticas sob a égide do mercado. (Misoczky, Abdala e Damboriarena, p.5, 2017).

Bem-sucedida a implementação da agenda neoliberal nos governos Fernando Henrique, a partir de políticas de estabilização, abertura comercial e mudanças dos rumos macroeconômicos, possibilitou a chamada desindustrialização da economia. No caso brasileiro, a partir da década de 1990 com a implementação do neoliberalismo, este processo se aceleraria de forma precoce.

...para reduzir a taxa de inflação adotou-se uma ancoragem cambial, com forte valorização da moeda local, adicionada a uma política monetária contracionista, com juros reais em níveis até então inéditos, liberaram-se os fluxos de capitais, sobretudo especulativos e submeteu-se à concorrência externa o mercado doméstico, por meio de uma abertura comercial unilateral iniciada no governo Collor, associada a uma abrupta redução das alíquotas de importação. Uma tempestade perfeita para a indústria doméstica. Resultado: acelerou-se o processo de desindustrialização, com todas as agruras correspondentes, como o desemprego estrutural decorrente e sucessivos déficits na balança comercial, sobretudo em bens manufaturados. (Fonseca e Silva, p.13. 2023)

Entre diversas medidas liberalizantes do governo Fernando Henrique, ressalta-se em seu último mandato a mudança drástica da política econômica, que conduziria até os dias atuais a política econômica brasileira. As mudanças ocorreriam em decorrência da crise gerada pela diminuição da demanda internacional e das diversas crises cambiais que por consequência geravam déficits em transações correntes²². Assim, instaurou-se um triplice mudança: cambial, monetário e fiscal.

O regime de câmbio fixo, flexibilizado pelas bandas cambiais, foi substituído por uma flutuação suja, na qual o Banco Central manteve a intervenção na forma de venda pontual de reservas e oferta de títulos públicos indexados à taxa de câmbio.

O regime monetário, anteriormente atrelado à defesa das bandas cambiais, foi substituído pelo sistema de metas inflacionárias.

O regime fiscal foi alterado a partir da introdução, no fim de 1998, de um compromisso de política econômica relativo à manutenção de um superávit primário elevado o suficiente para produzir a estabilização da razão entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB). (Oliveira e Turolla, p.3.2003)

Portanto, aprovaram-se duas leis. A primeira Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que definia uma meta de superavit para o ano seguinte e os dois próximos, em que se não alcançasse a meta deveria contingenciar os gastos públicos até alcançá-la. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determinou metas fiscais e limites de despesas com pessoal.

Após dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso; em 2002, se elegeu pelo Partido dos Trabalhadores (PT) Luís Inácio Lula da Silva e, pela primeira vez na história do Brasil, um partido de esquerda comandou o estado. Ao total, foram quatorze anos à frente do estado brasileiro, e, apesar das particularidades de cada governo, em geral, os governos petistas não romperam com a lógica neoliberal instaurada nos anos 90.

Em contrapartida, alguns autores como Emir Sader defendem a ideia de os governos petistas serem pós-neoliberais, pois romperam com o modelo neoliberal, priorizando políticas sociais, processos de integração regional, e o estado como indutor da economia e da distribuição de renda²³. De fato, a distribuição de renda e os programas sociais foram os programas que mais chamaram atenção nos

²² Destaca-se que o problema residia no fato de que o plano real conduziria a economia brasileira a uma vulnerabilidade externa, onde que as políticas neoliberais alteravam as balanças de pagamentos e aprofundando a dependência com o sistema financeiro internacional.

²³ Ver em a construção da hegemonia pós-neoliberal em Lula e Dilma. 10 anos de pensamento pós-neoliberal no Brasil.

governos petistas; além disso, uma das retóricas mais utilizadas nos últimos anos de governo foi: “não sustento vagabundo” fazendo alusão ao programa bolsa família e seus beneficiários. Insuficientes para explicar o fenômeno Lula e Dilma, os argumentos acerca de um governo pós-neoliberal parecem não convencer; não levando em consideração a complexidade dos conflitos de classes nesse período.

Entende-se que os governos petistas não romperam com o modelo neoliberal, pois, no tocante às medidas antes instauradas pelos governos anteriores, não houve mudanças estruturais; ao contrário, aprofundou-se o poder do capital financeiro²⁴. Em termos concretos, a virada petista ao neoliberalismo determinou em si a mudança que o próprio partido se sujeitou em conformidade com o cenário construído à época. De fato, o PT nunca demonstrou um projeto socialista propriamente dito, mas reivindicações que culminaram para um estado de bem-estar social.

Segue-se a hipótese de Armando Boito Jr, em que o eixo de mudança do PT para uma governança neoliberal se deve não apenas a questões do partido em si, mas também de uma relação dialética entre a fração de classe neoliberal que detém a hegemonia e a captura ideológica das bases do petismo. Cooptado pelo neoliberalismo, a base sindical do petismo aos poucos se converteu, em que:

esse sindicalismo começou a rever a estratégia que apontava para a implantação de um Estado de bem-estar social, estratégia que impulsionara a sua ação ao longo dos anos 80 e que se baseara na prática de um sindicalismo de massa e de oposição, e foi se fechando numa espécie de insulamento corporativo, procurando assegurar suas condições de vida, mais uma vez, pela mera elevação do consumo individual no mercado e através do instrumento estritamente sindical do contrato coletivo de trabalho. (Boito Jr, pag. 9, 2003).

A conquista dos corações e mentes ocorreu também nos setores da classe média e das camadas populares, em que a virada do petismo a um projeto neoliberal fora consequência e reflexo da impregnação da ideologia neoliberal em toda a sociedade. Em prol da estabilidade política e governança, o partido fez a escolha (política) de conciliação de classes ao invés de um embate mais enfático em torno das pautas chaves neoliberais. Essa percepção se representa com a nomeação de José de Alencar como Vice-presidente, a então “carta ao povo

²⁴ Ver em Leda Paulani. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história.

brasileiro”, e a reiteração do programa econômico neoliberal como a única solução possível.

Não é demais lembrar que essa política macroeconômica, considerada a única correta porque a única verdadeiramente científica, implica, particularmente no caso de economias como a brasileira, a extinção do espaço em si da política econômica: a política monetária fica atrelada às metas inflacionárias, a fiscal aos superávits e a cambial é comandada pelo próprio mercado. Nesse contexto, aliás, não há rigorosamente nenhuma diferença entre a independência do Banco Central e sua “autonomia operacional” (Paulani, 2, 2003).

Em essência, o segundo governo Lula continuou com a mesma política macroeconômica dos governos anteriores; meta de inflação, câmbio flutuante e superavit fiscal, tripé de cunho liberal. O segundo mandato Lula foi marcado, ainda mais, pela conciliação de classes com certas benesses às classes populares; de fato, o governo adotou uma estratégia que tentou apaziguar classes sociais diametralmente opostas; e, conseqüentemente, anos depois, houve a deposição do governo de Dilma Rousseff (PT).

Longe de ser um governo socialista, os governos petistas apresentavam uma inerente contradição de um partido centro-esquerda inserido em uma economia global neoliberal em um país dependente. E, de fato, a condução do partido não foi plenamente neoliberal; alguns teóricos tipificaram a fase petista como um neodesenvolvimentismo; ou seja, “um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país”. (Boito Jr, p.5, 2012). Assinala-se que, em suas diversas complexidades, os governos petistas, dialeticamente, abarcaram pequenas rupturas com continuidades, conforme o padrão de acumulação neoliberal, fortalecendo o caráter dependente brasileiro. André Singer complementa ao descrever o lulismo como um programa de “reformismo fraco”, ou seja, sem tensionar o capital “o lulismo manteve o rumo geral das reformas previstas, não obstante aplicando-as de forma muito lenta. É a sua lentidão que permite interpretá-lo como tendo um sentido conservador.” (Singer, p.162.2012)

A nova onda neoliberal que logrou sucesso por meio do golpe parlamentar de 2016 contra a então presidente do Brasil Dilma Rousseff abriu portas para as políticas de contrarreformas de caráter altamente neoliberal; um ano antes do golpe,

a carta do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido do então vice-presidente Michel Temer, denominada “Ponte para o futuro”, estabeleceu críticas e saídas para a crise econômica, as quais delimitaram, de forma clara, a linha política necessária a ser estabelecida, o raciocínio neoliberal:

- a) construir uma trajetória de equilíbrio fiscal duradouro, com superávit operacional e a redução progressiva do endividamento público;
- b) estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, através de lei, após serem eliminadas as vinculações e as indexações que engessam o orçamento;
- c) alcançar, em no máximo 3 anos, a estabilidade da relação Dívida/PIB e uma taxa de inflação no centro da meta de 4,5%, que juntos propiciarão juros básicos reais em linha com uma média internacional de países relevantes — desenvolvidos e emergentes — e taxa de câmbio real que reflita nossas condições relativas de competitividade;
- d) executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência;
- e) realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes — Estados Unidos, União Europeia e Ásia — com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles. Apoio real para que o nosso setor produtivo integre-se às cadeias globais de valor, auxiliando no aumento da produtividade e alinhando nossas normas aos novos padrões normativos que estão se formando no comércio internacional;
- f) promover legislação para garantir o melhor nível possível de governança corporativa às empresas estatais e às agências reguladoras, com regras estritas para o recrutamento de seus dirigentes e para a sua responsabilização perante a sociedade e as instituições;
- g) reformar amplamente o processo de elaboração e execução do orçamento público, tornando o gasto mais transparente, responsável e eficiente; 19
- h) estabelecer uma agenda de transparência e de avaliação de políticas públicas, que permita a identificação dos beneficiários, e a análise dos impactos dos programas. O Brasil gasta muito com políticas públicas com resultados piores do que a maioria dos países relevantes;
- i) na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos;
- j) na área tributária, realizar um vasto esforço de simplificação, reduzindo o número de impostos e unificando a legislação do ICMS, com a transferência da cobrança para o Estado de destino; desoneração das exportações e dos investimentos; reduzir as exceções para que grupos parecidos paguem impostos parecidos;
- k) promover a racionalização dos procedimentos burocráticos e assegurar ampla segurança jurídica para a criação de empresas e para a realização de investimentos, com ênfase nos licenciamentos ambientais que podem ser efetivos sem ser necessariamente complexos e demorados;
- l) dar alta prioridade à pesquisa e o desenvolvimento tecnológico que são a base da inovação.

Destaca-se que, em seus primeiros anos de mandato, o governo Dilma colocou em xeque os preceitos neoliberais, com a chamada “nova matriz macroeconômica”, programa que objetivou superar o tripé macroeconômico, dito como o programa “correto”. A tentativa de uma nova industrialização brasileira, beneficiando os segmentos produtivos da burguesia interna, se colidiu com os interesses de segmentos da burguesia internacional, seus relacionados e os bancários. O *impeachment* como arma política, utilizada pela classe dominante, a burguesia internacional e a burguesia nacional com ligações internacionais deteram um projeto de estado em que a política neodesenvolvimentista e assistencialista dos governos petistas não tinha mais espaço.

A crise internacional de 2008 dos *subprimes*, o fortalecimento ideológico da burguesia internacional, o baixo crescimento econômico foram elementos que contribuíram para o golpe. Para além, os escândalos de corrupção (mensalão e operação Lava-Jato) e a crise política instaurada pela oposição enfraqueceram ainda mais o governo petista.

A tomada do estado por meio do golpe, e a implementação do projeto neoliberal por meio das contrarreformas feitas posteriormente demandaram um alto sacrifício social e econômico, de fato:

o programa do golpe, com a destruição do setor público da economia e a violação dos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988, pretende relançar as bases para um Estado neoliberal no Brasil, inteiramente consagrado à quebra da soberania nacional e à concentração das rendas e riquezas em um país já escandalosamente desigual do ponto de vista social, além de anacronicamente patriarcal e racista (Nozaki, Cardoso, p.10, 2018).

A carta “Ponte para o futuro” se concretizou, as políticas do governo Temer seguiram a cartilha neoliberal, proporcionando uma inversão do papel do estado como ator político, reformas contra o trabalho, conforme a Lei da Terceirização e Flexibilidade da CLT, e a Emenda Constitucional n.º 95/2016 (PEC do teto de gastos) que:

gastos restringirá o financiamento dos investimentos públicos e das políticas sociais. A medida deteriorará a qualidade dos serviços básicos à população, sobretudo aos mais carentes, aumentando ainda mais a desigualdade e a concentração de renda. Da mesma forma, reduzirá os recursos públicos para investimentos em infraestrutura. (Lacerda e Ramos. 2019)

Nessa perspectiva, o governo de Michel Temer instaurou o chamado Programa de Parceria do Investimento (PPI), em que:

em termos gerais, o PPI se apresenta como instrumento para agilizar as privatizações, almejando proporcionar segurança jurídica, previsibilidade para o investidor e regras claras para a execução dos projetos elencados. A fórmula, por sua vez, vem acompanhada de rebaixamentos legais em direitos laborais e normas ambientais, sendo os órgãos e entidades envolvidos convocados a atuar para que os processos e atos necessários à estruturação, liberação e execução do projeto ocorram de forma eficiente e econômica. Entende-se por liberação a obtenção de licenças, autorizações, registros, permissões, direitos de uso ou exploração, regimes especiais, e títulos equivalentes, de natureza regulatória, ambiental, indígena — e quaisquer outras necessárias à implantação e à operação do empreendimento (Dieese, p.3, 2018).

Com o objetivo principal de transferir os ativos públicos para entes privados, principalmente no setor de infraestrutura, o PPI instaurou negócios entre público-privada por meio dos diversos tipos de concessões e desestatizações; ao fim, os governos seguintes continuaram com o programa somando mais de 200 projetos aprovados; e, em sua maioria, setores essenciais como energia e transporte.

No governo subsequente, no âmbito do Governo Jair Bolsonaro, seu ministro da economia, Paulo Guedes representou em essência os preceitos neoliberais. Seu discurso predominante pró-mercado; de onde o mesmo originou-se; preconizou que a crise adveio do desequilíbrio fiscal. Assim, o teto de gastos foi mantido, com as constantes tentativas de reforma tributária e previdenciária. Visou-se, portanto, ao dito “estado mínimo”, tentando ao máximo limitar a decisão estatal e reduzir os gastos públicos. Dentre os diversos programas de privatização, a novidade surgiu com o programa de “desinvestimento”; diretamente subordinado ao Ministério da Economia; cuja função era:

venda de empresas subsidiárias de empresas estatais, venda de participações do setor público em empresas estatais acima do mínimo necessário para o controle acionário, e venda de outros ativos. A opção por este formato de privatizações se explica pela maior flexibilidade normativa, já que não requer a aprovação de emendas constitucionais ou mesmo de autorização legislativa, bastando a decisão do conselho de administração da empresa estatal e, em última instância, do Ministério da Economia (Araujo, p.9, 2023).

Ao fim do governo Bolsonaro, constataram-se 130 empresas públicas, 24 a menos em comparação ao fim do governo Dilma. Observa-se que, entre os governos Temer e Bolsonaro, houve o aumento no número de estatais,

principalmente a respeito da criação de subsidiárias, chegando a 154. Apesar de parecer contraditório, a criação de diversas subsidiárias implicou uma estratégia governamental de facilitação para as privatizações e desinvestimentos. No caso, fracionou-se a empresa mãe, retirando-se dela diversas funções. Essa estratégia decorre, principalmente, de uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibiu a privatização sem o aval do congresso nacional, mas que permitiu a venda de subsidiárias sem passar pelos tramites legais que ocorreram com as empresas mães²⁵.

Com a redemocratização, discutiram-se os rumos que o Brasil tomaria, a construção e aprovação da constituição de 1988 ensejou um estado de bem-estar social, com caráter fortemente popular; entretanto, nas décadas de 1990 e posteriormente a esta, houve a ascensão e dominância do discurso neoliberal nas diversas instâncias da vida, do cotidiano aos debates de políticas sociais e econômicas. De fato, a conjuntura internacional não permitiu mais aos países exercerem uma política keynesiana. O estado de bem-estar social encerrou-se ao fim da década de 1980, e instaurou-se a pragmática neoliberal. Apesar da eleição de um governo de centro-esquerda no poder, não houve mudanças nas bases do neoliberalismo, já impostas por seus antecessores, certos avanços sociais foram permitidos, entretanto, ao toque da crise; queda na taxa de lucro dos grandes burgueses, o governo petista foi derrubado, e as conquistas sociais solapadas. Nos últimos anos, a ofensiva neoliberal impôs sua agenda por meio das grandes mídias, mídias alternativas, e, principalmente, do controle do estado.

2.4. QUESTÕES ACERCA DA ENERGIA E IMPERIALISMO

Sendo uma das *commodities* mais importantes e lucrativas do mundo, o petróleo, frequentemente chamado de “ouro negro”, desempenhou um papel central nas economias de diversos países, principalmente na cadeia econômica global. Por essa razão, guerras foram e ainda são travadas por recursos energéticos, como exemplificado pela recente guerra entre Rússia e Ucrânia.

Define-se, neste trabalho, o conceito de energia como a capacidade de produzir ou gerar trabalho/movimento. Para tanto, tem sido e ainda é indispensável

²⁵ Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5624

para a economia capitalista o descobrimento de novas fontes de energia, evidenciado pelas mudanças na matriz energética, passando do trabalho manual humano/animal para o carvão, petróleo e, contemporaneamente, a tentativa de uma transição energética sustentável. Em contrapartida, as crises energéticas evidenciaram a necessidade para os países de autossuficiência como forma de segurança.

Historicamente, o controle sobre os recursos energéticos é essencial para o desenvolvimento e sobrevivência de uma nação. Fiori (2018) descreve, portanto, que esse setor movimenta, diretamente, tropas militares, produção de guerras, funcionamento da própria indústria e grandes fluxos comerciais. Assim, denota-se a suma importância do setor energético à política nacional e internacional das nações, pois, em última instância, o controle dos recursos energéticos determinou a soberania ou não de um estado sobre o outro.

Desde a década de 1970, a geopolítica global tendeu para os Estados Unidos, sendo a força hegemônica; exercendo seu poder quase que exclusivamente. Porém, observa-se uma elevada mutação geopolítica mundial, provocada pela universalização do sistema interestatal capitalista, pela ascensão da China e da Índia, e pela volta da Rússia à condição de potência militar global (Fiori, p. 69, 2023). Agora ameaçado, o Estado americano impõe uma “nova forma” de relacionamento externo. A estratégia de segurança nacional determina a necessidade de proteção do modo de vida estadunidense. Promover a economia e a liderança tecnológica; preservar a paz por meio da força; e aumentar a influência dos EUA. Ademais, trata-se de combater os inimigos em ascensão, por meio de respostas como: aumentar e assegurar o monopólio de inovações tecnológicas; manter a liderança do exército; assegurar o controle da produção e distribuição de energia ao redor do mundo; e infiltrar-se nos governos para a mudança de direção ideológica através da temática da corrupção. Fiori adentra, ainda mais, essa questão e elenca seis premissas fundamentais dessa nova estratégia americana, as quais seriam:

I A definição do “sistema mundial” como um espaço de competição permanente pelo poder entre Estados que lutam por seus interesses nacionais, que são igualmente soberanos e poderosos e que seguem sendo o único instrumento capaz de construir uma ordem mundial pacífica.

II O desaparecimento de qualquer tipo de ideia ou proposta de uma luta universal do “bem” contra o “mal” e o reconhecimento de que o sistema

mundial está composto por nações que possuem valores, culturas e sonhos diferentes dos norte-americanos.

III Com isso, os EUA reconhecem que seus valores nacionais não são universais, e que não existem de fato “valores universais”. Ao mesmo tempo, abdica de qualquer projeto messiânico de conversão dos povos ao que um dia se chamou de “valores ocidentais”. Mais do que isso, considera que não existe nada que assegure que os valores americanos triunfarão no final da história, graças à força dos mercados e da democracia, como pensavam os americanos depois do fim da Guerra Fria.

IV Nesse novo contexto, os EUA assumem seus “interesses nacionais” como sua única bússola, abrindo mão da posição de árbitros neutros e universais. Na verdade, eles não abrem mão de seus valores nacionais, mas se propõem a negociar qualquer coisa que seja, e com qualquer membro deste sistema competitivo, a partir de seus interesses, e sempre a partir de uma “posição de força”.

V Para manter esta “posição de força”, os EUA assumem que sua prosperidade econômica, assim como sua moeda e sua finança, é um instrumento fundamental da sua luta pelo poder internacional, e como base de sua capacidade de sancionar — com eficácia — seus rivais geopolíticos e concorrentes geoeconômicos.

VI Por fim, os EUA abrem mão da ideia de sua “universalidade moral”, mas não abrem mão do seu “poder global”, que será exercido através de “força bruta”, em todos os tabuleiros geopolíticos e geoeconômicos do mundo. (Idem, p.21, 2018)

Clarifica-se, portanto, a “nova” política de segurança dos EUA, chancelado por ser o “povo escolhido”²⁶, levando a civilização e o modo de vida americano a todos os cantos não colonizados. Assim, cabe a este intervir em toda nação em que a “democracia” não exista ou esteja ameaçada. O então poder hegemônico americano, agora ameaçado, determina o acirramento de tensões e conflitos, o que, para tanto, determina o acirramento do imperialismo ao redor do globo.

El imperialismo contemporáneo se define como una nueva etapa del capitalismo iniciada después de la Segunda Guerra Mundial, que se caracteriza por una alta integración del sistema capitalista mundial fundada en el amplio desarrollo de la concentración, conglomeración, centralización e internacionalización del gran capital monopólico, que se cristaliza en las corporaciones multinacionales, células de ese proceso, y en el aumento y profundización del vínculo entre el monopolio y el Estado. (Santos, p.49).

Theotonio dos Santos significa com clareza o que se define por imperialismo; ancorada na Teoria de Lênin²⁷ sobre o tema. Contudo, diferentemente da Teoria de Lênin, segue-se a linha de Samir Amin (2005), em que o imperialismo faz parte da essência do modo de produção capitalista, possuindo fases. Corrobora, também, com esse pensamento Duménil e Lévy: “se o imperialismo não é somente uma fase

²⁶ Isto fica explícito no destino manifesto. Doutrina do século XIX que afirma a crença do povo norte americano expandir seus territórios pela vontade divina.

²⁷ Lênin. Imperialismo, fase superior do Capitalismo.

do capitalismo, ele próprio passa por fases diversas, que são o reflexo das transformações nos próprios países imperialistas. Suas principais características mudam.” (Duménil e Lévy, p.5, 2004).

Contemporaneamente, entende-se que há uma relação entre a dinâmica neoliberal e o imperialismo. O segundo, ao garantir a hegemonia, determina os rumos da acumulação em direção ao centro do sistema. Como mencionado anteriormente, o neoliberalismo se desenvolve como uma estratégia de extração máxima de lucro para as classes dominantes, especialmente para a elite norte-americana, que, por meio de sua hegemonia, se estabelece como o epicentro do sistema, explorando principalmente os países periféricos.

Em confluência, ressalta-se a necessidade dos EUA em manter a sua hegemonia, principalmente no setor de energia, questão demarcada como estratégia de segurança nacional. Posto isso, duas respostas foram elaboradas e executadas.

A primeira resposta, refere-se ao aumento de produção de petróleo e gás não convencional (*shale gas e tight oil*)²⁸, alcançado por meio da inserção de novas tecnologias angariadas pelo estado e entes privados, o que possibilitou aos EUA ser o principal *player* no setor de gás natural ao mesmo tempo que levou a perspectiva de autossuficiência. Com o crescimento da produção, a necessidade de expansão se tornou possível e a tentativa de capturar novos mercados, crucial. Em resumo, a incitação de guerra, entre Rússia e Ucrânia, como forma de desestabilizar o mercado de gás russo adentrou no mercado europeu²⁹.

A segunda resposta é a necessidade de controle dos mercados internacionais e principalmente das reservas de petróleo além-mar.

Nesse cenário, Brasil e México emergem com países estratégicos para a política americana de energia. No caso brasileiro, desde a descoberta do pré-sal em 2007, os Estados Unidos redobram sua atenção ao mercado de petróleo brasileiro. Basta lembrar do vazamento das conversas entre o senador José Serra e executivos da Chevron para que, caso o tucano fosse eleito presidente em 2010, uma prioridade do seu governo fosse a mudança da lei de regulação do pré-sal. O México, no mesmo sentido, flexibilizou a regulação do setor de petróleo e gás ampliando a possibilidade de entrada das petrolíferas americanas. (Vilain, 2018).

²⁸ Gás de xisto e óleo de xisto.

²⁹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/eua-substitui-russia-como-o-principal-fornecedor-de-petroleo-bruto-da-europa/>

Adentra-se, então, mais explicitamente, o poder imperial dos EUA nos governos e economias dos países, em especial países que possuem grandes quantidades de Petróleo. A exemplo, Vijay Prashad (2020) descreve, de forma sintomática, a execução de planos golpistas na Venezuela como forma de intervenção e suplantação de um regime submisso às vontades imperialistas. A estratégia, também, se repetiu em diversos outros países, conhecida como “Guerras Híbridas”.

No caso específico do Brasil, em que há potencialidade na geração e produção de energias, em especial por meio do Pré-sal e da Petrobras, a estratégia não se foi diferente, desestabilização política; vinda principalmente de *Think tanks* neoliberais como o MBL (movimento Brasil Livre); e desmoralização pública por meio das operações anticorrupção³⁰.

Nesse caso, cabem alguns comentários breves. A questão da corrupção é uma das ferramentas utilizadas para minar a legitimidade dos governos e influenciar a opinião pública em relação aos bens públicos. O emblemático caso da Operação Lava-Jato é um exemplo³¹. Essa estratégia está ligada ao pensamento neoliberal, tem por objetivo desacreditar as empresas públicas, tornando-as alvos para a privatização, pois julga-se que não há corrupção nas privadas. Entretanto, William Nozaki, no artigo Capitalismo e corrupção: o caso da Petrobras e a Operação Lava-Jato, elenca diversos casos de corrupção destas. Ele descreve, inclusive, que a operação teve como consequência o desmonte de setores importantes da economia brasileira.

Estima-se que em 2015, a Operação Lava Jato tenha sido responsável por um impacto negativo de 2,5% do produto interno bruto (PIB); mais ainda: em 2015, a força tarefa provocou a redução do equivalente a 2,0% do PIB em investimentos da Petrobras e a diminuição do equivalente a 2,8% do PIB em investimentos das construtoras e empreiteiras (COSTAS, 2015). Em 2016, calcula-se que a Operação tenha sido responsável pelo encolhimento de 5,0% da formação bruta de capital fixo no país. Além disso, a perda acumulada com a queda na arrecadação de impostos para União, Estados e Municípios pode ultrapassar a cifra dos R\$ 10 bilhões em 2017. (Nozaki, p.15, 2020).

³⁰ Lembra-se, também, do caso escandaloso de espionagem da Petrobras pelo governo norte americano.

³¹ No caso da BR distribuidora lembra-se do escândalo de corrupção de Collor, que foi sentenciado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Conclui-se que o problema da corrupção não deve ser desconsiderado, tem de se combater; mas não justifica a diminuição dos investimentos. Para além, também houve casos controversos acerca do processo legal da operação, em que:

a operação Lava-Jato lança mão do *Lawfare* quando utiliza a arena judicial para a perseguição de inimigos, simulando um processo legal que, desde o seu início, já conhece o resultado, independentemente das investigações da polícia, ou dos argumentos, das provas e dos documentos apresentados pela defesa e pelos integrantes do ministério público. (Citadino, p.68, 2021).

Assim, entende-se que o papel da operação lava-jato determinou substancialmente as decisões estratégicas da Petrobras. Se antes havia uma injeção de investimentos em toda cadeia de petróleo, *downstream* e *upstream*, investimentos em novas tecnologias e *know-how*, concomitante com a descoberta do Pré-sal. A partir da operação Lava-jato, deflagrou-se ataques reputacionais a empresa. Em consonância com a crise política e econômica do governo Dilma, formou-se condições perfeitas para a desestruturação das cadeias produtivas da empresa, parte-se, portanto, para a total entrega da infraestrutura nacional construída em governos anteriores, desnacionalizando e privatizando empresas de caráter global.

Descrito nos capítulos anteriores por meio dos relatórios administrativos e dados, a mudança de perspectiva da Petrobras modificou-se, drasticamente, a partir de 2014. Os planos estratégicos da empresa se concentraram em negócios em curto prazo, e na diminuição da alavancagem da dívida, para além da venda de ativos e desmobilização da empresa verticalizada.

O imperialismo atua para aprofundar a dependência da periferia mediante um arranjo específico da política macroeconômica neoliberal, essencialmente vinculado à operação da política fiscal como elemento indutor do crescimento e da distribuição de renda, sob o argumento da necessidade de redução do tamanho e do papel do Estado em suas funções empresariais. (Furno, p.126, 2022).

Em relação a uma economia dependente, o imperialismo denotou uma força preponderante para a dominação econômica e política do centro da periferia. A dependência para tanto denotou um processo de espoliação dos lucros obtidos na periferia do capitalismo para os centros, acirrando, ainda mais, a desigualdade; impedindo o crescimento dos países.

Em específico, a venda da BR Distribuidora também imputa nessa espoliação, em que os lucros auferidos pela distribuição e postos de combustíveis não são retidos no Brasil, mas exportados aos acionistas da Vibra.

O desenvolvimento da Teoria da Dependência corrobora as explicações sobre a questão do imperialismo. Nesse sentido, “o ponto de partida, portanto, era considerar a economia mundial capitalista como sendo necessariamente uma unidade (dialética) entre economias imperialistas e dependentes” (Carcanholo, 2023).

Em primeiro lugar, como uma análise feita da periferia, os sistemas de troca mundial favorecem, inevitavelmente, os centros capitalistas. Resumidamente, isso ocorre pela questão da transferência de valor e da troca desigual, em que, em países periféricos, a tendência é produzir em setores menos rentáveis, ao passo que, nas economias imperialistas, observa-se o contrário. No plano da economia mundial, em que a produtividade das economias dependentes é em média inferior à internacional, há uma transferência de valor. O que implica, por sua vez, uma tendência de cada vez produzir mais-valor, desembocando, assim, na maior exploração do trabalhador para a maior extração de mais-valor, o que Ruy Mauro Marini descreve como a superexploração do trabalho.

Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valor, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valor, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valor absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. (Marini, 1973).

Em complemento, Theotonio dos Santos postula que, nas economias dependentes, o preço das matérias primas tende a cair em comparação aos produtos industrializados, deterioração dos termos de troca. Assim: “o capital estrangeiro, mantém o controle dos setores mais dinâmicos da economia e repatria os lucros; por conseguinte, os fluxos de capitais são altamente desfavoráveis para os países dependentes. Os dados revelam que o volume de capital que deixa o país um é muito maior que a quantia que entra”. (Santos, p.7, 2011).

Diante de uma economia altamente globalizada, as relações de poder que os países imperialistas impõem sobre as economias dependentes fortalecem, ainda mais, as condições de desigualdades e problemas sociais. Nessa fase do capitalismo, a dependência se potencializa com a sistemática neoliberal, em casos como a venda da BR Distribuidora, decorre uma espoliação direta de bens públicos e, no caso do sistema da Petrobras descrito, uma transferência de lucro direta para os acionistas por meio do pagamento de dividendos.

3. BREVE HISTÓRIA DA BR DISTRIBUIDORA

A história da Petrobras e de suas subsidiárias está ligada, intrinsecamente, ao desenvolvimento econômico e social da nação brasileira. Por essa razão, inclusive, travaram-se incontáveis debates sobre como deveria seguir o desenvolvimento político e econômico do Brasil³². Dentre os projetos, o nacional desenvolvimentismo de Getúlio Vargas consolidou-se vencedor, e, em 3 de outubro de 1953, surgiu a Petrobras. Antes de sua fundação, já era patente a preocupação acerca da temática do petróleo, mas apenas na revolução de 1930³³, a temática tomou ares de importância nacional. Ressalta-se que o palco para a revolução de 30 fora montado na década de 1920 tanto pela Revolução Cultural Nacional, vide a semana de arte moderna de 22, quanto, principalmente, pela conjuntura econômica global. A crise de 1929 abalou a monocultura cafeeira e sua elite agroexportadora. Além disso, as dinâmicas sociais da Primeira República geraram tensões nas relações do exército, destacando-se o movimento "tenentista"³⁴ que se espalhou por todo o território nacional. Assim, a fração desenvolvimentista do exército, representada pelos generais Goés Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, assumiu o poder.

No contexto geral, a criação da Petrobras, simbolicamente, representou a consolidação da ideologia nacional desenvolvimentista. De fato, antes da consolidação da Petrobras, a extração e o comércio de petróleo e seus derivados partia em sua maioria de entes privados e de uma regulamentação frouxa e muitas vezes questionáveis³⁵. Apenas com a criação do Conselho Nacional do Petróleo

³² Dentre os projetos de desenvolvimento político e econômico brasileiro, cinco linhas se destacaram: o nacional desenvolvimentismo, representados pela Cepal, Celso Furtado etc. O desenvolvimento privatista, herdeiros de Roberto Simonsen. Os liberais, dentre eles a fundação Getúlio Vargas, Augusto Godin etc., liberais desenvolvimentistas não nacionais, sendo eles a comissão mista Brasil-Estados Unidos, Roberto Campos etc. E, por fim, os socialistas, encabeçados pelo PCB e PSB e seus intelectuais, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré etc. Disponível em: em Ricardo Bielschowsky. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*.

³³ Na primeira república, a dinâmica social decorreu da economia agroexportadora da burguesia cafeeira, que, ao longo do tempo, perdeu sua hegemonia política. Ver em Boris Fausto. *A revolução de 1930 in: Brasil em perspectiva*.

³⁴ A insatisfação partia, principalmente, das classes medias e dos movimentos "tenentistas, em que: a burguesia cafeeira conferiu ao Exército um papel subordinado; de outro/ a cúpula militar aceitou esse papel e entrou em acordo com as oligarquias (Fausto, p.92. 1990).

³⁵ Ver em Jose Luciano de Mattos Dias e Maria Ana Quaglino. *A questão do Petróleo. Uma história da Petrobras*. 1993.

(CNP)³⁶em 1938 foi possível, de forma objetiva, criar os mecanismos para o caminho de um monopólio estatal. Determinou-se, portanto, que toda atividade relativa ao petróleo seria de utilidade pública. Ademais, atribuiu-se ao CNP a responsabilidade de tributação sobre o setor e se necessário demandar do estado investimento em industrialização nos ramos do petróleo³⁷. Sob a direção do Marechal Horta Barbosa³⁸, o CNP lutou contra o capital estrangeiro e tentou fortalecer o papel do estado com relação ao refino, entretanto como descreve Gabriel Cohn:

de modo geral, o que se nota nos trabalhos de campo do CNP na época, a par da frequente ineficiência, motivada pela carência de pessoal habilitado e equipamento, é o precário grau de controle sobre os resultados do trabalho, do ponto de vista administrativo.

A isso somam-se as manifestações de falta de orientação quanto à utilização de recursos, herdada dos órgãos anteriormente encarregados de exploração do petróleo (Cohn, p.84, 2021).

Apesar das mudanças de rumo, voltadas às decisões políticas em um cenário macroscópico, o microscópio mostrava-se ineficiente e desorganizado, a discrepância entre as ações e a prática eram evidentes. De fato, a descoberta e extração de petróleo foi um fator de cunho simbólico e representativo do que propriamente prático e rentável.

A mudança de presidência do CNP proporcionou novas tensões entre os grupos dicotômicos nacionalistas e privatistas. A concessão dada para empresas privadas construírem refinarias despertou a oposição nacionalista; e, paralelamente à agitação do Clube Militar, que mais tarde elegeu Estillac Leal e Horta Barbosa³⁹, demonstrou o descontento perante as políticas do petróleo. Diante desse cenário,

³⁶ Decreto de Lei n.º 395.

³⁷ Para além, o Decreto de Lei n.º 538 atribuía detalhadamente o funcionamento administrativo do CNP

³⁸ Presidiu o CNP entre 1938 até 1943.

³⁹ Apesar de as discussões sobre uma polarização no clube militar, acerca da temática do petróleo, a chapa Estillac-Barbosa (nacionalistas) ganhou a eleição para o clube militar. Para Nelson Werneck: “a campanha com a tese do monopólio estatal teve grande de ressonância no meio militar. Então, posso dizer que a maioria da opinião militar era favorável à tese do monopólio. Mas eu já tinha dito aqui que nós não sabíamos o divisor, e, portanto, a dimensão quantitativa de uma corrente e de outra corrente, porque essa divisão, os limites entre uma e outra foram definidos nas eleições para a direção do Clube Militar em 1950: o candidato, Estillac Leal era partidário do monopólio estatal e o candidato Cordeiro de Farias era adversário. Aí as correntes se definiram: como o Estillac ganhou, e ganhou, por uma margem muito grande, e o Cordeiro era um homem que tinha prestígio no Exército vindo 'do tenentismo, ficou claro que a posição predominante, no meio militar era favorável à tese do monopólio” (Sodré, p.14, 1988).

decretou-se, em 4 de fevereiro de 1947, o que foi conhecido como Estatuto do petróleo, em que, na prática, se definiu:

um sistema de concessões que teriam o prazo inicial de 30 anos. As companhias estrangeiras poderiam ter acesso a pesquisa e lavra sem qualquer associação com o capital nacional. No transporte e refino, a participação estrangeira seria limitada a 40% até que se satisfizesse o consumo interno. A exportação de óleo cru só poderia ser realizada após estar assegurado o consumo interno por três anos e, no caso da exportação dos derivados, as companhias de refinação só poderiam ser totalmente estrangeiras quando estivesse totalmente garantida uma capacidade interna de refino sob controle nacional (Dias e Quaglino, p.95, 1993).

Após a anúncio do estatuto do petróleo, iniciou-se uma campanha pública, liderada pelo União nacional dos estudantes contra o estatuto⁴⁰, que abrangeu diversos grupos e campos políticos. Nessa época, surgiu a campanha com o famoso slogan: “o petróleo é nosso”. E, em 1949, sua influência se ampliou, angariando mais seguidores e se criou o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). Portanto, dificilmente observou-se que o estatuto do petróleo seria aprovado em sua formulação original. Soma-se a isso a eleição presidencial de 1950, que selou o estatuto com a volta de Getúlio Vargas ao poder.

Em dezembro de 1951, a assessoria econômica da presidência apresentou um projeto que mais tarde se concretizou na Petrobras, o projeto n.º 1516 previu a constituição da sociedade por ações de Petróleo Brasileiro S/A⁴¹. Com as diretrizes determinadas, houve receio em relação à ala nacionalista, pois qualificou o projeto governamental de “profundamente nocivo à soberania nacional e à segurança militar de nossa Pátria” e sustentava que “não há outro caminho senão a afirmação sempre mais eloquente da tese de Horta Barbosa, em favor do monopólio do Estado”. (Idem, p.183, 2021). Houve críticas ao CEDPEN devido ao entendimento de que sua estrutura acionária abriria brechas para a penetração de multinacionais. Diante disso, o então Deputado Euzébio Rocha (PTB-SP) apresentou outro projeto para a futura Petrobras, modificando e eliminando as incoerências do projeto original, estabelecendo uma propriedade integral para a União e as subsidiárias seriam permitidas, somente, para a distribuição com a União, possuindo 51% das ações.

⁴⁰ Conhecido como centro de estudos e defesa do petróleo.

⁴¹ Previu-se que a sociedade por ações Petróleo Brasileiro S/A teria propriedade estatal de 51%, uma *holding* organizacional flexível perante suas subsidiárias e uma distribuição acionária que permitisse uma ampla atuação de atividades, sem que fosse controlada, necessariamente, pelo estado.

Diante das diversas oposições ao projeto original, as comissões especiais da Câmara modificaram o projeto de Vargas⁴². Entretanto, em reunião com o líder da câmara, Gustavo Capanema, e os líderes do movimento o petróleo é nosso, houve um acordo para aceitação do Princípio do Monopólio estatal, mantendo os termos do projeto original⁴³. Em 3 de outubro de 1953, Getúlio Vargas assinou a Lei n.º 2004, que criou a Petrobras e a política do petróleo.

Apesar da vitória do nacional desenvolvimentismo com a criação da Petrobras, o cenário histórico dos anos seguintes se transformou profundamente. Até a década de 50, o desenvolvimentismo teve seu auge; posteriormente, por resultantes econômicas e políticas⁴⁴, esse pensamento enfraqueceu. Assim, dois pensamentos tentaram explicar os motivos da crise; a primeira angariada pelos desenvolvimentistas, destacando que o esgotamento do processo de substituição de importação passava pela pobreza, desigualdade e má distribuição de renda. Por essa razão, Furtado criou o plano de metas, sendo o ponto da reforma agrária a pauta principal. Os ortodoxos entenderam que a recessão econômica era causada pelo forte papel do estado no desenvolvimento industrial e as restrições econômicas que freavam o livre mercado. A luta pela hegemonia ideológica vencida pela ala nacional conservadora ocorreu, definitivamente, com o golpe empresarial-militar de 1964, que possibilitou uma nova forma de desenvolvimento econômico. A ligação entre governo e empresariado se tornou evidente⁴⁵, o Plano de Ação Econômica Governamental (PAEG) passou, principalmente, pelo controle da inflação, pois nela os militares entenderam o problema do crescimento econômico. Assim, tomaram-se diversas medidas para a diminuição da inflação⁴⁶. Sucedeu-se, então, o governo

⁴² Ver em detalhes em Gabriel Cohn. Petróleo e nacionalismo. Capítulo 4: a criação da Petrobras

⁴³ Incluía-se os artigos que determinavam o monopólio da União e as garantias em relação à composição acionária da empresa e das subsidiárias, também a exclusão das refinarias e distribuidoras das atividades nacionalizadas, mas com um limite de processamento das refinarias privadas.

⁴⁴ Nesse campo, esgotou-se o pensamento desenvolvimentista nos anos 60, destacando-se: a alta da inflação, o endividamento externo, e as baixas taxas de crescimento, soma-se também a crise e instabilidade política dos anos 60.

⁴⁵ Ver em Rene Dreifuss. 1964. A conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe.

⁴⁶ O plano estabeleceu diretrizes para as políticas fiscal, monetária e creditícia, e para a política salarial. Do ponto de vista das medidas na área fiscal, o governo previu redução dos gastos públicos e aumento de receitas. A respeito dos gastos, estabeleceu-se que a União deveria cortar despesas não prioritárias, corrigir os déficits de autarquias e de sociedades de economia mista. Quanto às receitas, estimaram-se aumentos em função da expectativa de recuperação nas taxas de crescimento econômico. No entanto, o ponto principal resultou da reforma tributária, que, entre outras questões, estabeleceu o aumento da base de incidência do imposto de renda e a ampliação dos impostos indiretos. Por fim, um elemento fundamental na esfera fiscal foi o restabelecimento do mercado de

Costa e Silva, mudando a política econômica do governo Castelo Branco⁴⁷. Possibilitou-se, historicamente, assim, o desenvolvimento do chamado “milagre econômico”, às custas humanas e sociais imensuráveis, principalmente em relação à elevada concentração de renda e ao aumento da desigualdade. Diante do “milagre”, diversos setores da economia cresceram; o desenvolvimento estatal em setores estratégicos deu cabo à abertura de 47 empresas⁴⁸, como a Embraer, Telebras, Correios, Embrapa etc.; criações que os militares consideravam essenciais para a soberania nacional. Não menos importante, o setor energético, também, recebeu sua atenção nos governos ditatoriais, principalmente em relação à produção, distribuição e comercialização de combustíveis. Já na década de 1950, a comercialização de derivados do petróleo foi realidade; o ponto de partida referiu-se à criação da ECOPE (escritório comercial de Petróleo e derivados). Mais tarde, em 1963, houve a criação da EDIPE (Escritório de Distribuição de Produtos de Petróleo) e, em 1965, com a reforma administrativa da Petrobras, transformou-se em DECOM (departamento de comércio), dividida em três setores: suprimento, distribuição e comércio exterior. Mais tarde, incorporou-se a divisão de distribuição à criação da BR Distribuidora.

Criar uma empresa pública de distribuição de combustível não foi o plano inicial da Petrobras. De fato, a Lei n.º 2004 não previu a criação de uma subsidiária para a distribuição de combustível. Politicamente, também não foi unânime a criação de uma subsidiária⁴⁹; diversos grupos políticos não aceitaram a ideia de a Petrobras entrar no ramo da distribuição, argumentos como desvio de finalidade da empresa e falta de recursos financeiros foram recorrentes. Porém, com a ação do então presidente da Petrobras, Francisco Mangabeira, apoiado pelo presidente do CNP, baixaram-se duas resoluções, a primeira discorria sobre a regulamentação da

títulos públicos com base na introdução da correção monetária. Ao eliminar a Lei da Usura — que fixava um teto de 12% para a taxa de juros nominal — e lançar as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs), títulos cujo valor era defendido da desvalorização monetária causada pela inflação, o governo criou, novamente, demanda para os títulos públicos, encontrando, por conseguinte, uma forma não inflacionária de financiar os seus déficits (Bastian, p.147, 2013).

⁴⁷ Apesar de algumas continuidades, o programa político e econômico já implantado pelo Governo Costa e Silva, e continuado pelo Médici, sob a direção de Delfim Neto, mostrou-se contrário às ações ortodoxas do governo Castelo. Diferentemente, houve uma expansão fiscal que possibilitou um maior gasto estatal, além da mudança no controle de preços que se tornou compulsória.

⁴⁸ Dado retirado do site do ministério da economia.

⁴⁹ Dentre as fases que precederam a criação da BR Distribuidora, apenas com a nomeação do presidente Francisco Mangabeira, em 1962, houve ações para a distribuição de combustíveis. Entretanto, ainda havia, no cenário político interno e externo da Petrobras, aqueles contrários à empresa entrar no ramo da distribuição.

Petrobras em relação à distribuição dos derivados de Petróleo; e a segunda, autorizando está a exercer o papel de distribuidora de derivados em todo território brasileiro⁵⁰. Em adição, a mudança organizacional da empresa facilitou a expansão da Petrobras em áreas adjacentes, por meio da criação de diversas subsidiárias, Braspetro, Petrofertil, Interbras, Petromisa e BR Distribuidora.

Já em 1964, a Petrobras possuía 5,2% do mercado de distribuição e, um ano após a criação da BR Distribuidora, a subsidiária já disputava o mercado com a Shell, que liderava o mercado de distribuição.

Antes da criação da BR Distribuidora, o mercado nacional de distribuição foi dominado por empresas estrangeiras: Shell, Texaco e Esso⁵¹. Estas ainda detinham o oligopólio para a distribuição e comercialização dos produtos derivados do petróleo. Com a inserção do automóvel no cotidiano brasileiro, cada vez mais evidenciou-se a necessidade do combustível em todo território nacional; em cenário internacional⁵², o crescimento da produtividade petrolífera necessitou a ampliação do mercado consumidor. Assim, em 1912, assinou-se o Decreto n.º 9335 que permitia a comercialização de gasolina, querosene e lubrificantes pela *Standard oil company of Brazil*. Um ano após, a empresa Shell também se instalou em território nacional⁵³, e, em 1915, a Texaco instalou-se no Brasil⁵⁴.

O mercado de distribuição e comércio, até então dominado pelas multinacionais estrangeiras, detinha o poder de decisão sobre o mercado brasileiro, formando, propriamente, um cartel. A termo de exemplificação, o ex-diretor da BR Distribuidora descreve, em nossa entrevista, que, anteriormente à criação da BR Distribuidora, as multinacionais, anualmente, apresentaram ao CNP os custos e ativos, para o reajustamento dos preços. Essas empresas, então, inflacionavam os relatórios com o acréscimo de diversos tipos de imobilizados, como tanques velhos, tanques podres, terrenos hipervalorizados em praias. E o CNP acatou, aumentando os preços.

⁵⁰ Ibid, 1993.

⁵¹ Shell, Texaco e Esso compuseram a chamada sete irmãs; grupo de empresas que controlavam o comércio de petróleo por todo o mundo até os anos de 1970. Ver em A disputa pelos preços na era de ouro do pós-guerra: a competição entre as “Sete Irmãs” e os países produtores de petróleo.

⁵² Para além do crescimento dos países centrais europeus e Estados Unidos, o óleo combustível passou a ser a principal alternativa para o carvão mineral que estava em falta em decorrência da Primeira Guerra Mundial.

⁵³ Decreto n.º 10.168.

⁵⁴ Decreto n.º 11.702.

Com a criação da BR Distribuidora em 1971⁵⁵, fixaram-se novos preços que alteraram a relação de mercado até então oligopolizado por empresas privadas. Como descrito acima, o planejamento da Petrobras voltado para a soberania nacional foi a temática central acerca do desenvolvimento energético, ademais; em nível de renovação, a marca passou por diversas mudanças que futuramente seria incorporada na marca Petrobras e nos postos. O grupo encabeçado por Aloísio Guimarães transformou, radicalmente, a marca criando uma identificação entre o consumidor final e a empresa⁵⁶.

Com o crescimento da indústria automobilística, o comércio de distribuição apresentou crescimento satisfatório, a consolidação do nome BR Distribuidora nesse cenário se tornou fácil, e, já em sua criação, a Petrobras distribuidora possuía 21,1% do mercado nacional de comercialização de combustíveis⁵⁷ com 840 unidades. A partir disso: “a expansão da rede de postos, em um período de dez anos, foi bastante expressiva: em 1969, a rede de revenda da Petrobras contava com 376 unidades; em 1979, já sob a Petrobras Distribuidora, entre postos próprios e de revendedores, a rede totalizava 3.956 unidades.” (Ibidem, p.28, 2011).

A ampliação de postos e locais de armazenamento e logística integrou-se aos planos da BR Distribuidora, a questão de ser uma empresa verticalizada e principalmente integral, ou seja, capaz de proporcionar combustível em todo território nacional era essencial. Não obstante, houve a entrada da BR na bacia amazônica, e, em 1972, houve o investimento na região norte, que, posteriormente, tornou-se o terminal de Manaus, para além de outros locais de abastecimento na região norte, possibilitando, assim, a interiorização dos derivados de petróleo⁵⁸.

Ainda na década de 70, a expansão da BR no mercado nacional continuou intenso, ampliando o setor de armazenamento e distribuição, construindo novas bases em Caxias e Volta Redonda (RJ), Paulínia, Santos e Barueri (SP), Cuiabá

⁵⁵ A nova empresa se constituiu em sociedade por ações, nos termos da Lei n.º 2.004, de 1953, que instituiu o monopólio estatal. Seu capital inicial foi de 130 milhões de cruzeiros, dos quais 98 milhões e 307 mil cruzeiros subscritos pela Petrobras em bens e direitos aplicados na atividade da distribuição, 31 milhões, 692 mil e 400 cruzeiros em dinheiro, e os 600 cruzeiros restantes reservados à subscrição particular, por parte dos seis diretores da Petrobras, para a caracterização da sociedade anônima (Petrobras, p.22, 2011).

⁵⁶ Entre as diversas mudanças, estão a logo losangular que virou a sigla BR. Houve, também, a mudança visual dos postos e das bombas de combustível. Além disso, houve a implementação de folhetos que exaltavam o serviço, hospitalidade, eficiência dos postos BR.

⁵⁷ Ibidem, p.22, 2011.

⁵⁸ Os dados sobre comércio de derivados de petróleo em 1974: região norte (35,7%), Nordeste (28,8%), Centro-oeste (22,3%) (Ibidem, pag.23, 2011).

(MT) e Itaituba (PA), além das obras de ampliação em bases já existentes em Goiânia (GO), Canoas (RS) e Recife (PE). Ampliou-se, também, a parte logística com a criação de novos distritos regionais, e em 1972 já havia 12 distritos espalhados pelo Brasil inteiro.

Com os choques do petróleo em 1973-1974 e 1979-1980⁵⁹, a empresa sofrera. De fato, o comércio havia retraído em decorrência da flutuação dos preços internacionais e consequentemente da crise econômica brasileira, alta da inflação e da dívida externa. As distribuidoras em geral sofreram com a década de 70 e 80 com as diversas restrições do mercado interno também. O comércio interno de combustíveis apresentou queda em decorrência da crise do petróleo, juntamente com as restrições do governo, o racionamento e o controle de preços, fatores que afetaram, essencialmente, a lucratividade das distribuidoras.

Na tentativa de combater a crise energética, o governo Geisel impõe um novo programa energético em busca de soluções para o abastecimento interno:

quando o mundo se deparou com a crise, tornando-se o petróleo fonte de energia cara e, consequentemente, escassa, o Brasil já estava em plena luta pelo aumento de sua produção, através de métodos convencionais e com a busca de novas alternativas, internas e externas, para garantir o abastecimento nacional de derivados (Assessoria de relações públicas da presidência da república, 1976).

A preocupação acerca do setor energético brasileiro foi evidente. Apesar do crescimento da Petrobras, o Brasil ainda era fortemente dependente do petróleo internacional; mais de 70% do consumo interno originava-se, na época, do comércio exterior. E, na tentativa de contornar a crise, criaram-se várias estratégias de produção de energia, como os contratos de riscos:

no que se refere à exploração de petróleo por companhias privadas, nacionais e estrangeiras, sob o regime de contrato de risco, os resultados

⁵⁹Apesar de essa transição ter sido o pano de fundo dos dois choques do petróleo durante os anos 1970, o estopim para a súbita elevação teve duas razões distintas. O primeiro, ocorrido no biênio 1973-1974, resultou de uma deliberada decisão dos países da Opep de administrar a renda petrolífera e utilizar o petróleo como arma política contra algumas potências ocidentais. O segundo, do final da década, tem duas interpretações na literatura: (i) alguns autores acreditam que foi muito mais o resultado da retirada da produção do Irã, devido à queda do regime de Reza Pahlevi e da guerra Irã-Iraque que impactou o mercado, gerando pânico generalizado e temor de permanente escassez do petróleo; e (ii) outros apontam que a ação da Opep ainda foi preponderante com um papel central da Arábia Saudita, embora a organização já não tivesse mais a mesma força do início dos anos 1970 (Azevedo e Leão, p.5, 2020).

também foram pouco significativos, apesar do interesse demonstrado pelas empresas internacionais. Sob a administração da Superintendência dos Contratos de Exploração (Supex), ligada à presidência da empresa, criada especialmente para este fim, foram realizadas ofertas de várias áreas em todo o Brasil. Na primeira rodada, em junho de 1976, apenas seis propostas foram apresentadas, mas nas rodadas seguintes, mais de 30 empresas se candidataram à exploração de diversas áreas, dentre elas a British Petroleum em Santos e a Shell e a Elf na bacia amazônica. Entretanto, além de conhecimentos adicionais sobre áreas ainda não exploradas pela Petrobras, 12 anos de contratos de risco deram origem apenas a uma jazida de gás em Santos, explorada pela Pecten, e pequenos campos em terra, descobertos por empresas brasileiras no Rio Grande do Norte (FGV, 2000).

Além disso, criaram-se os empreendimentos na Bacia de Campos (RJ), e o desenvolvimento do etanol como fonte alternativa de combustível. Sobre o investimento na bacia de campos, ressalta-se que, entre 1975 e 1981, o investimento da empresa em exploração e produção aumentou significativamente, representando, nesse último ano, 83% do investimento total da companhia⁶⁰, logrando sucesso na exploração na Bacia de Campos e no desenvolvimento tecnológico de perfuração e exploração em alto mar. No caso do Etanol, a pesquisa e desenvolvimento ocorreu com a criação do programa nacional do Álcool (Proálcool) em 1975⁶¹. Com a participação governamental⁶² e participação ativa da Petrobras e da BR Distribuidora, a implantação do álcool como meio alternativo de combustível foi facilitada. *A priori*, comercializou-se o álcool, apenas, para as frotas do governo e das empresas estatais e, somente em 1979, ampliou-se está para o público em geral⁶³. Diferentemente da BR Distribuidora, as empresas privadas de distribuição apresentaram dificuldades com a nova tecnologia.

Para as distribuidoras, a adaptação ao programa de álcool impôs desafios técnicos e logísticos até então desconhecidos pelo setor em todo mundo. Além da adequação e ampliação de suas bases de suprimento e distribuição, com a construção de tanques para o novo combustível, as companhias tiveram que desenvolver soluções de logística capazes de estabelecer o fluxo do álcool das usinas as bases regionais de abastecimento. (Sindicom, p. 86, 2010).

⁶⁰ Ibid. 2000.

⁶¹ Decreto n.º 76.593.

⁶² Houve diversos incentivos governamentais para o desenvolvimento e consumo do álcool como novo combustível, como o aumento do preço da gasolina para desestimular o consumo, e investimento em pesquisa e desenvolvimento.

⁶³ Em 1983, as vendas de álcool haviam aumentado em 231% em relação ao início do programa (Ibidem, 2011).

A dificuldade, portanto, derivou-se do desconhecimento da nova tecnologia empregada durante as crises do petróleo. Além disso, as distribuidoras saíram em desvantagem no começo. Porém, o fato de ter contribuído, de forma substancial, para a diferença influenciou a estrutura logística que a BR Distribuidora estava construindo. Desde sua criação, a BR Distribuidora tem concentrado seus esforços na expansão por todo o território nacional, por meio da aquisição ou criação de postos, distritos regionais, terminais e bases de distribuição. Essa estratégia incluiu a participação da então empreendimentos e transportes S.A. (Petrasa), e posteriormente da Petrominas, ambas subsidiárias da BR Distribuidora, com enfoque, principalmente, no atendimento à BR. Essas iniciativas permitiram à empresa alcançar uma significativa vantagem no mercado de distribuição e comércio.

Ainda que seu crescimento tenha sido competente, a competição do mercado interno ainda foi forte; as empresas privadas ainda detinham uma grande influência no mercado, principalmente pelas ações publicitárias e pelas novas tecnologias integradas nos postos. Para tal, houve por parte da BR Distribuidora a estratégia de renovação da marca como forma de fortalecer a ideia de os postos BR serem uma empresa eminentemente brasileira. Na parte tecnológica, as antigas bombas mecânicas foram substituídas por novas bombas eletrônicas⁶⁴. Já em relação a seu design, buscou-se transformar os postos e a marca em uma empresa totalmente brasileira:

em seu redesenho, as cores iniciais foram redefinidas: o azul foi eliminado e os tons de verde e amarelo, modificados. Esta é a sua configuração atual. Houve aumento da área em branco e as letras foram ligeiramente inclinadas. A cobertura dos postos de serviço foi repensada e ganhou formato inovador, agora levemente inclinada e arrematada por testas curvas (Ibidem, p. 73, 2011).

Posteriormente, houve a incorporação da marca Petrobras com a logo da BR Distribuidora, se transformando no símbolo presente da companhia⁶⁵.

⁶⁴ O desenvolvimento das bombas de combustíveis em forma de “T”, criado pela equipe de Aloisio Magalhães, ganhou reconhecimento no campo de design, integrando a coleção do museu de arte moderno de Nova York.

⁶⁵ Desde a década de 1970, a marca Petrobras e BR distinguiram-se, mas, em 1994, houve a junção de ambas, pois a direção da Petrobras entendeu que a marca BR representava, no cotidiano da população, a marca da empresa como um todo. Houve, então, a incorporação da sigla em todos os canais que representavam a Petrobras.

Já ao término da década de 1980, a BR Distribuidora demonstrou sua capacidade de absorver as crises do mercado de petróleo, e seu sucesso na venda e distribuição de combustíveis. Para além das vendas de gasolina, a BR também se especializou em outros produtos não descritos, como os lubrificantes, Gás Natural Veicular (GNV), e combustível de aviação, com o incentivo dos governos ditatoriais militares e sua ideologia de segurança e soberania nacional. A mudança ocorreu com a abertura democrática, especificamente na década de 1990, com eleição de Fernando Collor de Melo e seu projeto neoliberal.

A mudança de rumo para com a Petrobras e, consequentemente, toda a cadeia de petróleo brasileira, ocorreu na década de 1990, com a eleição do projeto político de Fernando Collor de Melo. O projeto de estado neoliberal, adotado pelo governo, teve como base o combate à inflação com políticas conhecidas como plano Collor. Também influenciou o lançamento do Programa Nacional de Desestatização (PND)⁶⁶, programa que tinha como papel a promoção de reformas privatizantes que objetivaram a redução do estado brasileiro em diversas áreas, e como resultado a venda e liquidação de diversas empresas públicas, entre elas a Interbrás, Petromisa, Petroquisa e Petrofértil.

A mudança de rumo ocorreu com a aprovação da Lei n.º 9.478 em 1997⁶⁷ (Lei do Petróleo) substituindo a antiga Lei n.º 2004. Com a nova lei, houve a quebra do monopólio estatal pela União, ou seja, a nova lei permitiu a entidades privadas a entrada, por meio de licitações públicas, no mercado de exploração, desenvolvimento, produção, transporte, refinamento, importação e exportação; por meio da então criada Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e biocombustíveis (ANP).

Considerando-se essas mudanças, o mercado de distribuição também se modificou, com a quebra do monopólio, houve, em seu começo, um descontrole dos chamados “postos de bandeiras brancas”; postos que não possuem vínculos com nenhuma distribuidora. Nessa época, houve a abertura de mais de 400 novas distribuidoras, em sua grande maioria, com problemas de fiscalização.

⁶⁶ Ressalta-se que o Plano Nacional de Desestatização não se encerrou no governo Collor. Seus sucessores, notadamente o presidente Fernando Henrique Cardoso, deram continuidade e expandiram essas políticas ao longo da década de 1990.

⁶⁷ A quebra do monopólio do Petróleo já havia começado em 1995 com a emenda constitucional n.º 9.

As mudanças também ocorreram no interior da subsidiária. Com o aumento da concorrência, a BR Distribuidora se reestruturou organizacionalmente, implantando as unidades de negócios (Unegs)⁶⁸ e excluindo os distritos regionais, a fim de se tornar mais eficiente e dinâmica. Paralelamente, houve a mudança radical em 1993, quando a liberalização da economia possibilitou a BR Distribuidora de abrir seu capital em 1993, em que “a operação resultou em um aporte de 250 milhões de dólares. Na ocasião, cada ação foi vendida ao preço de 9,34 cruzeiros” (Ibidem, p.46, 2011). Porém, por mudanças de estratégia, a abertura de capital terminou após 7 anos, quando, nos anos 2000, a Petrobras decidiu fechar o capital da BR Distribuidora⁶⁹.

No plano comercial, a subsidiária assentou-se em vários ramos como principal líder do mercado de derivados petrolíferos; além disso, programas como “Siga bem”, que ofertam diversos benefícios para os caminhoneiros; e “De olho no combustível”, criado em 1996 diante da necessidade de fiscalização dos combustíveis; implicaram uma relação de confiabilidade para com o consumidor final.

Outro ramo de destaque refere-se à criação dos postos de conveniência, seguindo a tendência de distribuidoras privadas que entraram no negócio de lojas de conveniência no auge da crise do petróleo. As lojas, criação estadunidense desde o ano de 1975, instalaram-se no Brasil com o posto Shell. Sua primeira loja estabeleceu-se no estado de São Paulo em 1987 em parceria com o grupo Pão de Açúcar. Mais tarde, a Esso e a Texaco seguiram essa tendência e abriram lojas de conveniência em 1989. A BR Distribuidora entrou nesse mercado em 1994 com alguns diferenciais como caixa eletrônico 24 horas, correios e telefones públicos. Com diversas adaptações a brasileira, as lojas foram um sucesso com o consumidor final, e “para os postos, a nova modalidade de negócio agregou atrativos que fizeram crescer o movimento de consumidores e, em consequência, as vendas de combustíveis e lubrificantes, assim como a demanda de serviços automotivos” (Ibidem, p.93, 2010).

O começo do século XXI foi marcado por altos e baixos no preço do barril do Petróleo, o que, consequentemente, afetou as relações políticas e comerciais da

⁶⁸ As novas Unegs foram divididas nos seguintes Segmentos: Automotivos, Grandes Consumidores, Aviação, Produtos Especiais, Soluções Energéticas, Asfalto e Álcool Carburante. Ibidem, p.44, 2011.

⁶⁹ Ver notícia em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2110200008.htm>

Petrobras como empresa; diversos incidentes internacionais e nacionais afetaram as decisões da Petrobras o que, por sua vez, como reação, também afetou a BR Distribuidora. No âmbito nacional, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) proporcionou mudanças nas diretrizes políticas da empresa. Se, na Era Collor, a reestruturação organizacional da Petrobras propiciou formas de privatizações não convencionais, por meio das unidades de negócios, por exemplo, o governo do PT modificou a estratégia, fomentando uma relação de política de conteúdo local, mas, com a manutenção dos leilões privatizantes, ou seja, mesmo que pesasse o alto investimento da Petrobras, ainda houve a entrada de empresa privadas, inclusive fomentando parcerias entre empresas privadas e Petrobras.

Apesar das constantes instabilidades, a BR Distribuidora continuou a liderar o mercado nacional de distribuição. No entanto, assim como em outras épocas, mudanças ocorreram na estrutura interna da empresa, também como parte de seu processo de adaptação aos futuros planos da Petrobras⁷⁰. Para tal, a BR Distribuidora: “trouxe para a agenda da BR tópicos como o aumento de investimentos na preservação do meio ambiente, a presença no mercado internacional, a busca de maior rentabilidade e a ampliação do seu compromisso com a responsabilidade social”. (Ibidem, p.61, 2011). Conforme essa agenda, diversas mudanças ocorreram; como em 2003, com a reestruturação interna da empresa, agora configurando quatro tipos de diretorias dentro da empresa: Rede de Postos de Serviços, Mercado Consumidor, Operações e Logística e Diretoria Financeira e de Serviços. No plano de meio ambiente, a maior contribuição referiu-se à expansão do programa de Gás Veicular Natural (GNV); no que tange ao mercado internacional, houve a participação na entrada da Petrobras em solo argentino, em que, em 2002, abriu-se, em Buenos Aires, o primeiro posto Petrobras na Argentina.

Na continuidade de sua expansão, ocorreram diversos negócios que ampliaram, ainda mais, a rede da BR Distribuidora. Dois eventos notáveis incluíram o aumento da participação no mercado de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), por

⁷⁰ No relatório social e ambiental da Petrobras de 2002, cita-se: “consciente do espaço que ocupa na vida nacional, a Petrobras trabalha pela geração de riqueza no sentido mais abrangente, em um cenário de crescente preocupação com as causas sociais e ambientais, como foi reforçado na revisão do planejamento estratégico da Empresa, em abril de 2003.” (Petrobras. 8. 2002). Entende-se que, até então, a estratégia da Petrobras foi a sua expansão em níveis internacionais, e ao mesmo tempo, esta buscou garantir uma participação nas causas ambientais e sociais.

meio da aquisição de ativos da Agip do Brasil, mais tarde transformada em outra subsidiária da Petrobras, a Liquigás. Em 2007, a aquisição de ativos de distribuição da Ipiranga, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, com o nome de Alvo; ao passo que: “em 2010, mais de 300 postos oriundos da compra de parte do Grupo Ipiranga foram visualmente adequados ao padrão da Petrobras Distribuidora, processo que logo se consumou com a conversão dos postos remanescentes”. (Ibidem, p.64, 2011).

A mudança de rumo iniciou-se a partir de 2013, com a descoberta do pré-sal dois anos antes. Os investimentos, alocados principalmente na área de exploração e Produção (E&P) diminuíram, conseqüentemente, o investimento em outras áreas de atuação da Petrobras. Nessa proposta, em 2013, a Petrobras criou um setor de desfinanciamento, com o objetivo de realocar recursos de áreas menos lucrativas para focar no setor mais rentável, E&P.

Entretanto, a grande mudança ocorreu em 2017, quando a BR abriu seu capital na bolsa de valores e vendeu cerca de 30% da empresa e subsequente a sua venda total em 2021 para a Vibra Energia.

3.1. PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA BR DISTRIBUIDORA

Como descrito, diante do cenário político e econômico que o Brasil enfrentou, a desestatização de diversas áreas esteve em discussão. O golpe parlamentar de 2016 abriu caminho para a implementação do projeto neoliberal, liderado pelo vice-presidente Michel Temer, que assumiu a presidência. Em consonância com esse cenário, em 2017, ocorreu o primeiro passo da abertura de capitais da BR Distribuidora, por meio da oferta de ações ordinárias que venderiam um montante de 334.937.500 ações, ou cerca de 28,75% da empresa, com a arrecadação final de R\$5 bilhões. Em 2019, a Petrobras perdeu o controle acionário, vendendo cerca de 30% da empresa por R\$24,50 cada ação, arrecadando por volta de R\$8,6 bilhões e um montante de 350 milhões de ações vendidas. Finalmente, a venda total da companhia em 2021 arrecadou R\$11,358 bilhões por R\$26 reais cada ação⁷¹.

Ressalta-se que, em 4 anos, houve a total liquidação da BR Distribuidora como empresa pública de interesse igualmente público. Porém, não é de hoje a

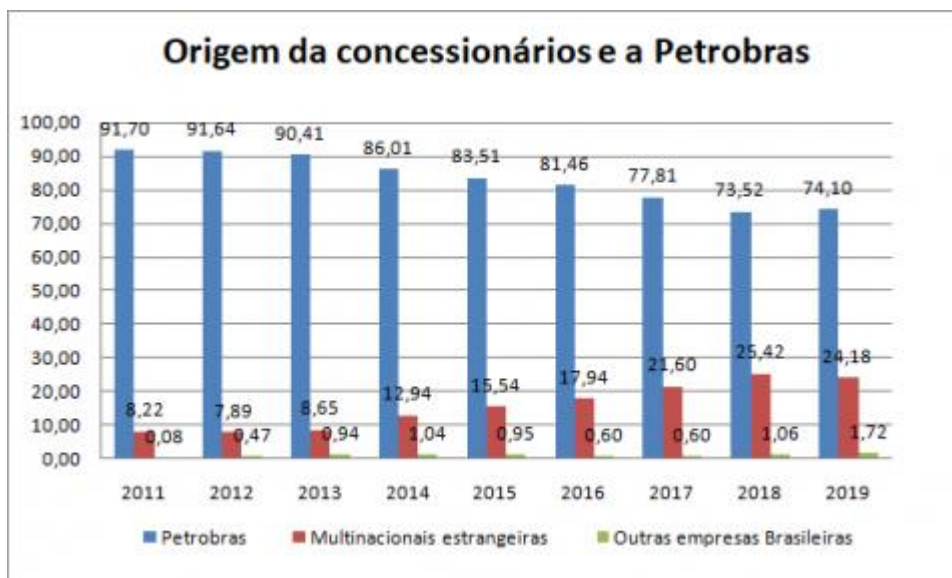
⁷¹ Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/06/br-distribuidora-acoas-30jun2021.pdf>

tentativa de privatizar os ativos públicos, principalmente aqueles que são ligados à Petrobras, empresa que sempre foi a “galinha dos ovos de ouro” do capital internacional e da grande burguesia.

Os constantes ataques ao sistema Petrobras não são recentes, a tentativa de privatizá-la parte desde o governo Collor de Mello. Consequentemente, ao longo dos governos neoliberais, ocorre o enfraquecimento da Petrobras, estratégia adotada para o enfraquecimento e desmonte da empresa. Com a ideia de ser uma empresa vertical, atuante em todas as áreas e cadeias produtivas do petróleo, a função da Petrobras sempre foi a garantia de uma segurança energética para o Brasil. O seu desmonte começou nos governos neoliberais partem para a quebra dessa estratégia da empresa de atuar em todos os setores. Por isso, houve a venda de diversas subsidiárias na década de 90, já citadas neste trabalho, Petrobras Mineração (Petromisa) e a Petrobras comércio Internacional (Interbrás), a Petroflex, a Nitriflex, a Fosfertil, a Goiasfertil, parte da Petroquisa, dentre outras.

A entrada dos governos neoliberais, possibilitou para o capital privado, adentrar com mais ênfase no mercado de exploração de petróleo, antes dominado pela empresa estatal.

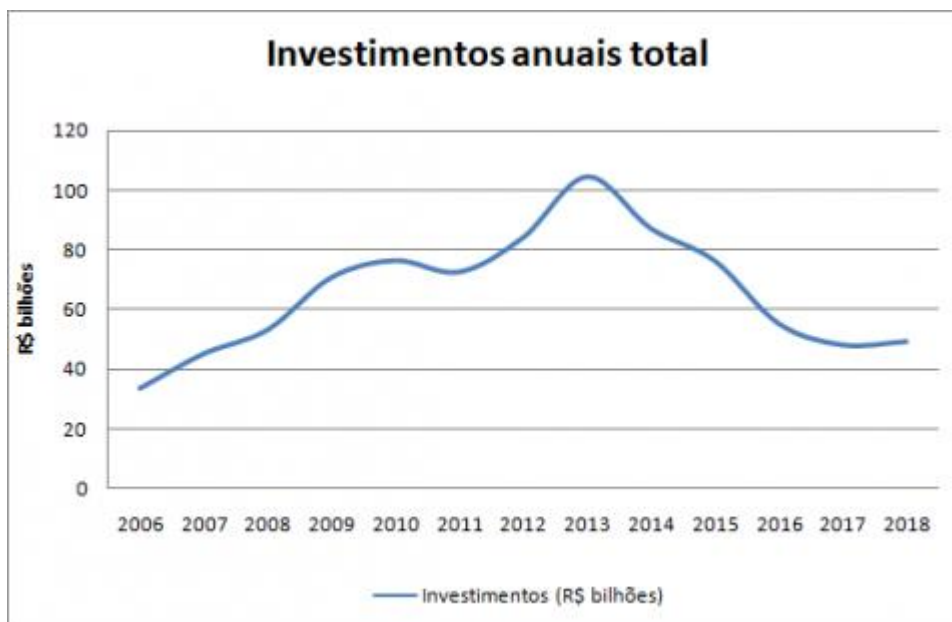
Gráfico 1 – produção das concessionárias que atuam na exploração de petróleo no Brasil de 2011 a 2019 em percentual



Fonte: ANP.

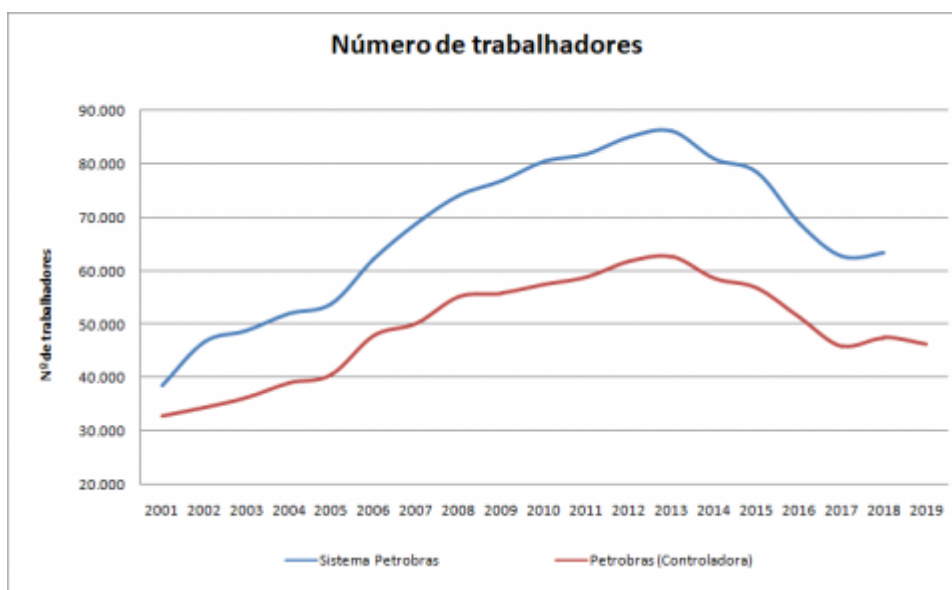
Nos últimos anos, percebeu-se a penetração das empresas estrangeiras multinacionais no ramo petrolífero, consoante a queda da participação da Petrobras no mercado.

Gráfico 2 – investimentos anuais da Petrobras nos diferentes segmentos



Fonte: Petrobras 2006 – 2018.

Gráfico 3 – número de trabalhadores da Petrobras e de suas subsidiárias



Fonte: Petrobras 2001 – 2019.

Nos últimos anos, observa-se um processo de desmonte interno que teve início com a crise da Petrobras, desencadeada pela queda no preço do barril de petróleo, pelos escândalos de corrupção revelados pela operação Lava-Jato, do endividamento em dólar, e da desvalorização do real em comparação ao dólar. A aprovação do novo Plano de Negócios e Gestão de 2014 (PNG) marcou o início de uma mudança estratégica, com foco no programa de desinvestimento para redução da alavancagem das dívidas. Essa mudança implicou a realocação dos recursos financeiros para setores mais lucrativos a curto prazo, resultando na diminuição de investimentos em outros setores. Além disso, implantou-se o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), o que reflete uma redução do número de trabalhadores em todos os setores, conforme o gráfico 3.

Anteriormente, no período de 2003 a 2013, caracterizou-se a estratégia da Petrobras por altos investimentos em desenvolvimento de tecnologia, exploração e produção. A estratégia de expansão da produção impulsionou esses investimentos, considerando-se a elevação do preço do barril de petróleo e, principalmente, a descoberta do pré-sal. No entanto, com a mudança de cenário, as diretrizes adotadas pela Petrobras se tornaram opostas. Nesse sentido, a empresa enfocou uma resposta ao mercado financeiro, o que se traduziu na venda de ativos para a redução da dívida juntamente com os programas supracitados.

Nesse contexto, a Petrobras, enquanto empresa pública, perdeu cada vez mais participação no mercado interno. A estratégia de venda de ativos públicos para redução da dívida resultou na venda de várias subsidiárias, levando à perda gradual da natureza integrada da empresa e à redução de sua presença em potenciais mercados. A venda da BR Distribuidora, durante os governos Temer e Bolsonaro, foi percebida como uma conquista para o setor privado, evidenciando a mudança de orientação da política econômica em relação ao papel do Estado na economia.

A venda de parte das ações da BR Distribuidora no mercado de ações não é uma ocorrência recente. Em 1993, ocorreu a abertura de capital da empresa, em que 26% das ações preferenciais foram alienadas, resultando em um ganho de 26 milhões de cruzados pela transação. Diferentemente de algumas subsidiárias da Petrobras, a venda de parte da BR Distribuidora não estava associada ao Plano Nacional de Desestatização (PND). Ressalta-se que, devido à falta de informações detalhadas, não é possível ter certeza dos motivos relacionados à venda de ativos. Uma hipótese é que essa transação visava abrir mercados para a captação de

recursos. A respeito do relatório de atividades da Petrobras de 1993 e da base de dados do PND, não se encontrou a venda de ações da BR, diferentemente de outras subsidiárias da Petrobras. Além disso, a venda envolveu, apenas, ações preferenciais, ou seja, ações sem direito a voto⁷², e, ao fim, nos anos 2000, houve a completa reintegração das ações vendidas, voltando a ser uma subsidiária integral da Petrobras. Assim, não se pode afirmar a hipótese acima/ou a motivação acerca da abertura de ações.

A venda da BR Distribuidora, embora tenha sido concretizada em 2017, já estava sendo planejada desde 2015. Nesse mesmo ano, a Petrobras anunciou que "esta iniciativa faz parte do Plano de Desinvestimento da Petrobras e, caso a abertura de capital venha a ocorrer, se dará através de oferta pública secundária de ações da referida companhia" (Petrobras, 2015). Essa citação destaca que a venda da BR Distribuidora alinhou-se à estratégia mais ampla de desinvestimento da Petrobras (2015-2019).

Assim como no ano anterior, o objetivo foi a desalavancagem e uma resposta positiva aos acionistas, prevendo, então, a desmobilização de ativos e outros desinvestimentos. Ao término, o plano priorizou projetos de exploração e produção (E&P) de petróleo no Brasil, com ênfase no pré-sal; e, nas demais áreas, os investimentos se destinaram, apenas, a manutenção das operações e operações de escoamento da produção de petróleo e gás.

Gráfico 4 – plano de negócios e gestão da Petrobras (2015-2019)

Investimentos 2015-2019
(em US\$ bilhões)

	Investimentos	%
Exploração e Produção*	80,0	81
Abastecimento**	10,9	11
Gás e Energia	5,4	6
Demais Áreas ***	2,1	2
Total	98,4	100

* Inclui o investimento no exterior (US\$ 4,9 bilhões)

** Inclui a BR Distribuidora

*** Engenharia, Tecnologia e Materiais; Financeira; Corporativa e de Serviços; Governança, Risco e Conformidade; e Presidência

Fonte: Petrobras 2015.

⁷² Ver no relatório de atividades da Petrobras de 1993.

Como explicitado no gráfico, a maioria dos investimentos foram para a área de E&P, enfatizando a área do pré-sal, área com maior potencial de lucro⁷³. Ao longo do ano de 2015, o processo de venda da BR foi se inviabilizando por escolhas administrativas e pelas condições do mercado.

Durante o ano de 2016, houve uma mudança na forma como a venda da BR Distribuidora foi conduzida. Inicialmente, houve a busca por potenciais compradores, mas o novo processo envolveu a busca por compradores de ações ordinárias e preferenciais, compartilhando, assim, o capital da empresa com o futuro comprador, enquanto a Petrobras manteve uma participação de 49% no capital votante.

O Conselho de Administração da Petrobras decidiu, em 22/07/2016, pelo início de um novo processo competitivo visando ao compartilhamento de controle, em uma estrutura societária que visa a assegurar à Petrobras a maioria do capital total da BR, mantendo 49% do capital votante. Esse novo modelo de venda atrai maior interesse do mercado e tem como objetivo maximizar o valor do negócio de distribuição de combustíveis, atender aos objetivos estratégicos da Petrobras e manter a operação integrada na cadeia do petróleo. (Petrobras, 2016).

A autorização para a abertura de capital ocorreu no ano de 2017. Antes disso, realizou-se uma atualização da reforma do estatuto social e da reestruturação societária da BR Distribuidora. Essas medidas foram tomadas como uma forma de ajustar a empresa aos parâmetros do mercado de ações, preparando a empresa futuramente para a abertura de capitais⁷⁴. No mesmo ano, também ocorreu uma significativa alteração na política de preços da gasolina e do diesel, que passou a ser baseada no Preço de Paridade Internacional (PPI), em que “é importante destacar que todos os valores utilizados para determinar o PPI refletem custos de mercado, incluindo cotações, custos de fretes e custos de internação” (Petrobras, 2017). Essa mudança na política de preços, já planejada no plano de gestão do ano anterior, representou uma clara mudança de diretriz da empresa, centrada nos acionistas e no capital estrangeiro.

⁷³ Plano de gestão 2015-2019. Petrobras.

⁷⁴ Ver a carta de aprovação da reforma do estatuto social da Petrobras distribuidora e da sua reestruturação societária. Disponível em: https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/comunicados-ao-mercado-central-de-downloads/475b8111f41ff0c8140c2c897a1af63e4635662dcd11cce5097dc89cc7455a56/aprovacao_da_reforma_do_estatuto_social_da_petrobr.pdf

Ocorrida em dezembro, a venda alienou um total de 334.937.500 ações ordinárias, correspondendo a 28,75% e arrecadando um montante de R\$5.024.062.500,00, em que a grande maioria foi arrematada por investidores estrangeiros, fundos de investimentos e entidades de previdência privada.

Concomitantemente, na própria gestão da BR Distribuidora, houve uma mudança de mentalidade semelhante à da Petrobras, com a adoção de uma abordagem mais orientada para a racionalidade empresarial. A empresa passou a responder às demandas do mercado, alinhando as mudanças de governança às métricas do mercado, com o objetivo de aprimorar e valorizar a empresa na bolsa, seguindo essa sistemática aos anos seguintes. Assim, instaurou-se em 2019 o Programa de Desligamento Optativo (PDO)⁷⁵.

em 2018, intensificamos a transformação da companhia, desenvolvendo uma cultura de protagonismo, interdependência de resultados. Revisamos o nosso modelo de gestão de pessoas, com foco na meritocracia e no desenvolvimento de competências. Introduzimos o teletrabalho, visando a trazer impactos favoráveis na produtividade e na melhoria da qualidade de vida de nossos empregados, e implantamos o programa de Desempenho Superior Premiado, de pagamento de bonificação pelo atingimento de metas, reforçando o nosso compromisso com os melhores resultados. Encerramos o ano com 3.134 empregados, uma redução de 106 em relação a 2017, dando continuidade às ações voltadas à gestão de efetivo e eficiência operacional. (BR Distribuidora, 2018).

Gráfico 5 – número de empregados da BR Distribuidora nos anos de 2013-2019



Fonte: BR Distribuidora.

⁷⁵ Comunicado ao Mercado Conclusão de acordo sobre o Programa de Desligamento Optativo – PDO.

Seguindo o contexto da abertura de capitais e privatização da empresa, em 2019, ocorreu outra rodada de abertura de ações, dando continuidade ao plano de desinvestimentos que a Petrobras havia autorizado desde 2014. Além disso, a conjuntura histórica favorável também facilitaria a venda dos ativos da empresa.

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda de 291.250.000 Ações, além de 58.250.000 Ações Adicionais, ao preço por Ação de R\$24,50, perfazendo o montante de R\$8.562.750.000,00. Por meio da Oferta a Petrobras realizará a venda de ações correspondentes a 30% do capital da BR Distribuidora, passando a deter 41,25% do seu capital após a conclusão da operação. (Petrobras, 2019).

E, mais tarde, adicionaram-se as ações do lote suplementar, incluindo 43.687.500 ações, mantendo as condições e preços das ações ofertadas anteriormente. Ao final, houve a arrecadação total de R\$9.633.093.750,00, reduzindo a participação da Petrobras em 37,50% do capital social.

Em 2020, o conselho administrativo aprovou a venda integral das ações da BR Distribuidora, tentando alienar os 37,50% restantes do capital social pertencente à Petrobras. Concretizando, apenas, em 2021, em que “em 5 de julho de 2021, houve o encerramento da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A. (BR), no montante total de R\$ 11.358, tendo a companhia recebido o valor líquido dos custos de transação (R\$ 11.264)” (Petrobras, p.89.2021).

Com a alienação integral das ações por parte da Petrobras, houve a mudança de toda a marca BR para Vibra, modificando, integralmente, a parte corporativa da marca. Ressalta-se que, em cada abertura de ações, a maioria dos compradores fazem parte de fundos de investimentos e de investidores estrangeiros⁷⁶.

Durante os últimos anos, tanto a Petrobras quanto a BR Distribuidora passaram por uma série de mudanças significativas em suas políticas e práticas de gestão. Uma das mudanças mais marcantes foi a transição para uma política de preços baseada no preço de paridade internacional (PPI) para a gasolina e o diesel. Essa mudança refletiu uma tentativa de alinhamento com os custos do mercado global, considerando fatores como cotações, custos de fretes e custos de internação. Os diversos fatores econômicos e políticos modificaram drasticamente o paradigma administrativo das empresas. A partir de 2014, houve uma penetração do

⁷⁶ Ver com detalhes nos anúncios de encerramentos de oferta pública dos anos de 2017, 2019 e 2021.

paradigma neoliberal na gestão das empresas, implicando a mudança organizacional e estratégica da Petrobras. Em adição, as constantes alienações da BR Distribuidora entre 2017 e 2021, assim como outras subsidiárias, evidenciaram o projeto de desmonte da Petrobras.

4. HOUVE A NECESSIDADE DE VENDA? UMA ANÁLISE DOS NÚMEROS DA EMPRESA

Apresentou-se, nos capítulos anteriores, uma preocupação histórico-teórica acerca da temática. No primeiro capítulo, apresentaram-se alguns fatores relativos à história da Petrobras, discutindo-se a política da época, em que se ressalta a origem e desenvolvimento da BR Distribuidora até a sua privatização atualmente.

No segundo capítulo, discutiu-se o neoliberalismo, de sua concepção aos conceitos que o abrangem. Também se utilizou da Literatura Marxista para a crítica do neoliberalismo e sua relação com a questão do imperialismo e energia.

Neste último capítulo, buscou-se, empiricamente, apresentar, por meio dos dados de mercado do setor e das demonstrações financeiras, se: a hipótese levantada se demonstra verdadeira, a privatização da BR Distribuidora fora apenas por motivos ideológicos? Houve argumentos que justificassem sua venda?

Assim, utilizou-se de uma metodologia capaz de auferir, quantitativamente, a situação da empresa, ou seja, seu desempenho. Escolhendo, para tanto, uma análise financeira pautada nos indicadores Econômico-financeiros da empresa.

Indicadores Econômico-Financeiros — procuram relacionar elementos afins das demonstrações contábeis de forma a melhor extrair conclusões sobre a situação da empresa. Existem diversos índices úteis para o processo de análise, sendo metodologicamente classificados nos seguintes grupos: liquidez, operacional, rentabilidade, endividamento e estrutura, análise de ações e geração de valor. (Neto,115, 2020).

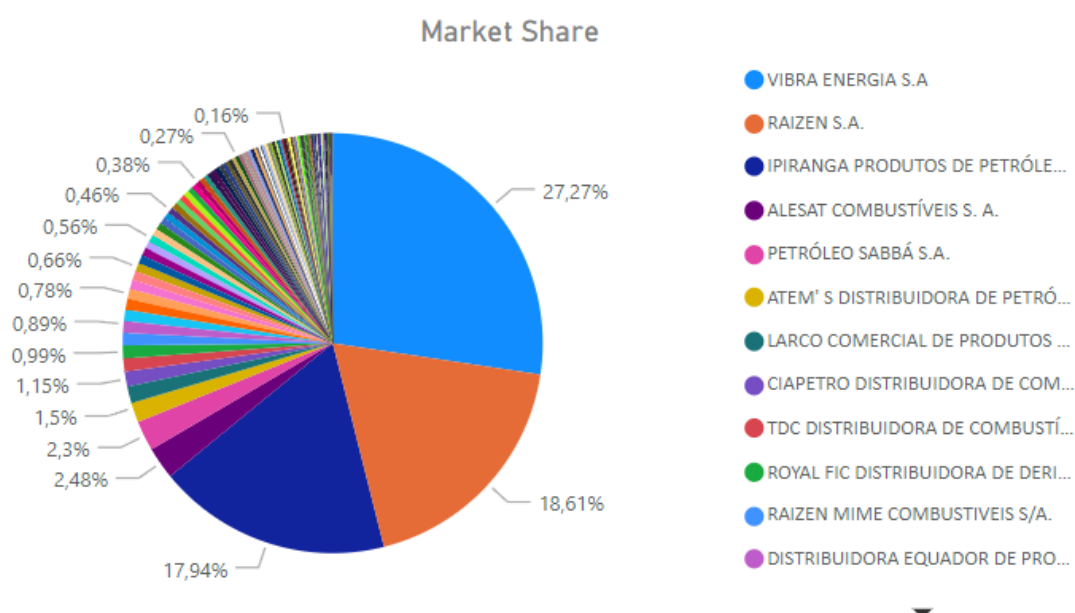
Para a análise, consideraram-se os anos de 2016 a 2021, seguidos da Privatização da BR Distribuidora. Inseriram-se os dados contábeis, a Demonstração de Resultado (DRE) e o Balanço Patrimonial (BP) destes. A título de comparação temporal, obtiveram-se os resultados dos indicadores financeiros de desempenho.

Destarte, utilizaram-se os seguintes índices: retorno sobre as vendas; retorno sobre o patrimônio líquido; participação de capitais de terceiros; composição do endividamento; Liquidez geral; Liquidez corrente; Liquidez seca; Capital circulante líquido; investimento operacional em giro e saldo em tesouraria.

a. Análise dos dados da BR Distribuidora

Antes de iniciar a apreciação dos números, posicionou-se a BR Distribuidora no mercado de distribuição. A BR surgiu em 1971, já com a grande capacidade de dominar o mercado de distribuição. Esse fato se concretizou poucos anos depois. Desde então, a BR Distribuidora fora líder de mercado de distribuição de combustíveis. Em 2016, por exemplo, a empresa possuía 25,4% do *marketshare* (participação no mercado), e, em 2021, a empresa, mesmo privatizada, continuou com a liderança de mercado, aumentando sua participação para 27,27%.

Gráfico 6 – participação no mercado de combustíveis no ano de 2021



Fonte: ANP (2021).

Conforme o gráfico 6, a composição de mercado no setor de distribuição assenta-se na Vibra como a líder de mercado, seguida pela Raizen e Ipiranga, tendência que se segue desde os anos de 2016 (anos analisados). No tocante ao volume de venda, em 2016, venderam-se 23,4 milhões de m³. No gráfico 7, apresentam-se os volumes de vendas referentes aos anos subsequentes.

Gráfico 7 – Volume de Vendas (mil m³) da BR Distribuidora/Vibra, Ipiranga e Raizen.

Mercado Interno - Distribuição

Ano	Vendas (mil m³)	Variação	Ano	Vendas (mil m³)	Variação	Ano	Vendas (mil m³)	Variação
2017	33.104,35		2017	22.864,74		2017	20.176,22	
2018	31.721,62	-4,18%	2018	22.841,89	-0,10%	2018	20.252,54	0,38%
2019	30.882,30	-2,65%	2019	22.859,12	0,08%	2019	21.446,83	5,90%
2020	29.412,76	-4,76%	2020	20.907,82	-8,54%	2020	19.964,72	-6,91%
2021	33.162,78	12,75%	2021	21.809,37	4,31%	2021	22.623,31	13,32%

Fonte: ANP (BR Distribuidora, Ipiranga e Raizen) (2024)

Em aspectos absolutos, houve consolidação, no mercado, em relação à posição da BR, sendo a principal empresa de distribuição em âmbito nacional. Tais números refletem o comércio de combustíveis, em que, apenas na venda do Etanol hidratado, ela não possui liderança⁷⁷. Em entrevista com um alto funcionário da Petrobras do setor de desenvolvimento e novos negócios, descreveu-se que, mesmo após a venda da BR Distribuidora, não houve mudanças drásticas no mercado de distribuição, o que se confirma com o histórico do *marketshare* da própria BR nos anos analisados.

Gráfico 8 – tabela dos indicadores financeiros da BR/Vibra

INDICADORES FINANCEIRO DE DESEMPENHO						
Passivo e Patrimônio Líquido	2.021	2.020	2.019	2.018	2.017	2.016
GIRO DO ATIVO	3,7905	2,8270	3,2580	3,5257	3,1227	2,5679
RETORNO SOBRE AS VENDAS	2%	5%	2%	3%	1%	4%
RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16%	28%	17%	24%	9%	29%
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,46	0,46	0,50	0,43	0,45	0,53
PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	1,34	0,97	1,19	1,05	1,09	1,96
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	0,28	0,35	0,46	0,22	0,25	0,18
ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO SOBRE O ATIVO TOTAL	0,48	0,42	0,52	0,47	0,48	0,63
LIQUIDEZ GERAL	1,28	1,40	1,11	1,29	1,18	1,08
LIQUIDEZ CORRENTE	3,10	2,48	1,53	3,92	2,77	2,86
LIQUIDEZ SECA	2,05	1,78	1,07	2,97	1,87	2,19

Fonte: elaboração própria com auxílio do pesquisador Paulo Vaz.

⁷⁷ Não constam produtos como combustível de avião, lubrificantes, produtos químicos, entre outros que fazem parte do portfólio da Vibra.

A respeito do Índice de Retorno sobre Vendas (ROS), este quantifica a rentabilidade da empresa sobre as vendas, podendo ser calculada da seguinte forma: $\text{Lucro líquido} / \text{Receita líquida}$. No caso da BR Distribuidora em 2016, este foi de 4%. A título de comparação, a rede Ipiranga, no mesmo ano, obteve um (ROS) de 2%. Nos anos seguintes, respectivamente, com margens de 1%, em seu pior ano (explicado pela queda de vendas decorrente do aumento de preço do diesel principalmente); a 5%. Em suma, nos 6 anos analisados, a empresa sempre compreendeu uma rentabilidade positiva.

O Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE) também mede o desempenho da empresa, no caso:

o índice de rentabilidade do patrimônio líquido demonstra uma proporção entre o lucro que determinada empresa obteve e o valor do seu capital próprio (patrimônio líquido). Assim, ao se calcular esse índice, para cada R\$100,00 investidos pelos sócios na empresa, poderemos observar o lucro obtido como um percentual deste valor (Diniz, p.128, 2015).

Na métrica empresarial, o desempenho negativo pode significar um ambiente não favorável aos acionistas investirem no negócio, pois afetou, diretamente, o patrimônio líquido dele, causando déficit. No caso, o quociente é o lucro líquido sobre o patrimônio líquido, em que a BR teve uma média de 20,5% de retorno sobre o patrimônio, considerado um ambiente saudável para o investimento. Destaca-se, portanto, o que ficou explícito na entrevista. A BR Distribuidora, em si, não detinha problemas de caixa; na verdade, se manteve saudável financeiramente. Entretanto, como dito acima, e confirmado por meio do funcionário, houve uma mudança de estratégia da gestão administrativa da Petrobras no ano de 2013, e, de acordo com ele, os escândalos de corrupção contribuiriam, veementemente, com a privatização.

A respeito da dívida, destacam-se dois índices para o entendimento dela. O primeiro é o indicador de participação de capitais por terceiros, que consiste no percentual de capital externo, em que as empresas solicitam empréstimos para financiar suas atividades, o que corresponde, em suma, à soma de todas as obrigações que a empresa tem para com terceiros. A participação, então, é medida pela soma dos passivos da empresa (circulante e não circulante), dividida pelo patrimônio líquido, em que um percentual menor indica um melhor resultado.

O segundo índice é a composição do endividamento, em que sua função consiste em demonstrar se a empresa tem muitas dívidas em curto prazo. Sendo

importante para as escolhas da empresa. Empresas que possuem um endividamento pequeno, em curto prazo, conseguem ser mais saudáveis, pois possuem mais tempo de geração de caixa e pagamento de dívidas.

“Caso o índice de composição do endividamento seja inferior a 50%, podemos concluir que as dívidas de curto prazo correspondem a menos da metade do total de obrigações (capital de terceiros). Então, quanto menor for este indicador, melhor será para a empresa, que terá um perfil de endividamento de longo prazo.” (Idem, p.113, 2015).

Diante disso, percebe-se que tanto a participação de terceiros quanto a composição de endividamento são baixos, em torno de 0,97 a 1,96, no caso de capital de terceiros. E 0,18 a 0,46 para a composição do endividamento.

Os índices de liquidez são índices que demonstram a situação da empresa em comparação às suas obrigações financeiras. A liquidez geral revela a capacidade financeira da empresa em médio e longo prazo. Considera-se, assim, um período acima de 12 meses. A liquidez corrente revela a capacidade da empresa em honrar suas obrigações em curto prazo. E a liquidez seca avalia se a companhia consegue pagar suas dívidas em curto prazo, entretanto, desconsidera o estoque. Assim, “a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber”. (Idem, p.297.2020).

No caso dos indicadores de liquidez, constata-se que se o resultado >1 . Ou seja, a empresa apresenta um bom nível de liquidez; e, se o resultado é < 1 , a empresa não consegue honrar com as obrigações.

Ao fim, observa-se o capital circulante líquido; investimento operacional em giro e saldo em tesouraria, índices que demonstram se a empresa está com folga em suas contas. O primeiro, também conhecido como capital de giro líquido, consiste no capital líquido que a empresa tem para arcar com as demandas de curto prazo, contas, produtos etc. Em complemento, ele também é “em suma, o Capital Circulante Líquido (CCL) é o volume de recursos de longo prazo (permanentes) da empresa que se encontra aplicado no ativo circulante, devendo, por conseguinte, gerar condições de sustentação e crescimento em suas atividades”. (Idem, p.266, 2020). Portanto, se o capital de giro for positivo, isso denota uma folga nas contas.

O investimento operacional em giro permite avaliar se a empresa possui um equilíbrio para a manutenção da atividade. Se não se contrai empréstimos para seu

funcionamento. E o Saldo em tesouraria é utilizada para a avaliação de curto prazo, juntamente ao capital de giro e investimento operacional em giro para demonstrar a solidez financeira da empresa.

Gráfico 9 – Tabela de Capital de Giro.

Passivo e Patrimônio Líquido	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	7.425	6.345	9.032	3.914	7.453	11.373
INVESTIMENTO OPERACIONAL EM GIRO	7.575	6.047	6.185	5.806	6.177	9.087
SALDO EM TESOURARIA	-150	298	2.847	-1.892	1.276	2.286

Fonte: elaboração própria com auxílio do pesquisador Paulo Vaz.

Perante os índices apresentados, infere-se que: primeiramente, por que privatizar? De acordo com os intelectuais orgânicos do neoliberalismo, repete-se o dogma; as empresas públicas oneram os cofres públicos. Considerando-se os dados da BR Distribuidora, isto se prova eminentemente falso. Apenas em 2016, a BR apresentou um déficit de R\$315 milhões. Entretanto, mesmo em déficit, a empresa ainda possuía um caráter saudável, uma vez que a composição do endividamento é baixa, assim como os índices de liquidez se apresentam >1 . Já em todos os anos que se seguem a BR, apresentou lucros líquidos, em que seu pior ano fora o de 2019 com o lucro de 96 milhões. Ao total, nestes 6 anos representados, houve a arrecadação de, aproximadamente, R\$11 bilhões. Questiona-se, portanto, a sua venda, e ainda mais, pelo preço aproximado de R\$24,95 bilhões.

Em segundo lugar, os mesmos intelectuais neoliberais afirmam que à luz da empresa privada, a empresa seria mais eficiente. Diante da vantagem logística que a BR construiu com o passar das décadas, para além da relação de verticalização com a Petrobras, essas questões tornaram a BR uma empresa mais eficiente na distribuição de combustíveis.

Também descrevem que a privatização faz com que haja redução dos preços. No caso da BR, isso se mostrou diametralmente oposto, pois a realidade apenas demonstra a alta nos preços dos combustíveis, em essência pela adoção da Política de Paridade Internacional (PPI) que atrela o preço dos combustíveis produzidos nas refinarias ao preço do mercado internacional e de suas flutuações cambiais. Assim, repassa ao consumidor final sem considerar os custos nacionais, relacionados,

necessariamente, ao preço internacional, aos custos econômicos do mercado e do câmbio.⁷⁸

Ao fim, considera-se a própria lógica de mercado. Não havia motivos para a venda da BR Distribuidora, pois ela possuía uma boa parte do mercado consumidor, em que houve uma boa flexibilidade de negócios pela verticalização da empresa com a Petrobras. Além da subsidiária estar saudável financeiramente, apesar dos anos de déficit; denotando elevados lucros e boa capacidade de expansão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a exposição dos índices financeiros da BR Distribuidora em um intervalo de 6 anos, houve representação de uma transformação de empresa pública para uma privada. Manteve-se a hipótese de que a venda da BR Distribuidora ocorreu por motivos ideológicos, pelo fortalecimento da ideologia neoliberal, que se impregnou na sociedade brasileira; do estado à sociedade civil.

Como descrito, a história da BR Distribuidora; de sua origem ao desenvolvimento; sempre deteve um caráter eminentemente nacionalista, ligação que sempre compartilhou com a Petrobras. Sua criação em 1971, por meio de muitos debates e discussões, demonstrou uma certa linha de continuidade dos anos de 1953. A necessidade de criar uma empresa energética forte o suficiente para não ceder às crises internacionais e uma estrutura ampla que possibilitasse ao Brasil não ficar à mercê das grandes corporações possibilitou a criação da BR Distribuidora e diversas subsidiárias.

A criação da BR deteve um papel crucial no combate aos cartéis das multinacionais que controlavam o mercado de distribuição, ao passo que saíram do Brasil e alguns voltariam no futuro, controlando os preços dos combustíveis da época. Para além, criou-se um símbolo de empresa atualmente reconhecida pelos postos BR. Nesse sentido, a BR, também, sempre esteve um passo à frente de seus concorrentes, sendo o pioneiro na inovação, tanto na distribuição de novos combustíveis, vide o Etanol; como na relação posto e consumidor.

⁷⁸É conveniente lembrar que o preço do combustível não é formado pela simples relação de oferta e demanda, a cadeia de petróleo, por ser altamente oligopolizada, não obedece a essa tendência; ademais, as relações geopolíticas também afetam o preço.

Ademais, a BR fazia parte de um sistema integrado verticalmente, questão que possibilitou a queda dos preços, um maior controle de qualidade dos produtos e uma maior flexibilidade de estratégias.

A fragilização da cadeia produtiva de Petróleo transcreve uma clara mudança de paradigma dentro do Estado brasileiro. Se, no século passado, a construção e desenvolvimento de empresas nacionais atuantes em setores estratégicos da economia constituía uma prioridade do estado brasileiro, o fim do mesmo século e o início deste implicou drásticas mudanças. Essas mesmas empresas foram e são vendidas a preço baixo, sob contratos duvidosos, ou mesmo ilegais. A privatização de ativos públicos tornou-se política de Estado e, cada vez mais, se vende, o que não é justificável financeiramente, tampouco em termos estratégicos.

A neoliberalização da economia sob os governos Collor e Fernando Henrique deram luz a um Estado subserviente aos interesses internacionais. A Constituição cidadã deu esperança de um Estado mais democrático e inclusivo; em menos de 2 anos, o projeto foi vencido. O projeto neoliberal, muito mais que mero conjunto de ideias, impôs, em âmbito global, um sistema político-econômico em que venceram os governos de bem-estar social, impondo, a todo custo, sua forma de governar. A célebre frase “*TINA – there is no alternative*” impõe o que está em jogo atualmente, ou seja, a constante interdição do debate público sobre uma nova forma e governança que fuja do escopo neoliberal, interdição esta, feita pelos grandes monopólios de telecomunicações, de *Thinks tanks* neoliberais, dentro do ambiente das redes sociais, e principalmente a fração da classe política que defende este projeto.

Essa virada neoliberal determinou a retomada dos lucros das classes dominantes; lucro que, decorrente da crise de 1970 diminuiu. A financeirização, processo esse que já havia começado no começo do século XX, atualmente, é o protagonista na forma de transferência de capitais. O projeto hegemônico das classes dominantes implicou separação desta não apenas das relações de Estado e Sociedade, também influenciou a forma de liderança e governança nas empresas e nas relações sociais. Observa-se essa questão tanto na Petrobras quanto na BR Distribuidora: as mudanças de estratégias (voltada para o mercado), mudança de organização, alteração de cultura dentro da empresa, constituem mudanças que a governança neoliberal impôs. Isso reflete, por exemplo, os investimentos, a contratação e demissão de funcionários, tratamento de funcionários (desde o

pagamento de direitos ao estímulo individual de competição) e, conseqüentemente, o funcionamento da empresa em si.

Apesar do fortalecimento da Petrobras, em menos de 10 anos, esta fora desmontada, dada a penetração dos investidores estrangeiros e do capital estrangeiro. As refinarias são um exemplo:

no entanto, a opção da companhia tem sido subutilizar suas refinarias e favorecer a entrada dos importadores. Em 2013, a Petrobras utilizava praticamente 100% do seu parque de refino e, em 2017, esse percentual caiu para 76%. Com isso, uma parcela substancial do mercado interno tem sido suprida com importações. (Leão e Pinto, p.133, 2018).

Acrescenta-se:

no atual contexto, de recessão por três anos e queda da atividade econômica e da demanda por combustíveis, a direção da Petrobras reduziu o volume de carga processada das refinarias para permitir a expansão de importações de derivados, com a entrada de centenas de novos importadores de gasolina, diesel e outros para suprir o mercado doméstico. (Azevedo, p.140, 2018).

Com a neoliberalização da economia, a penetração do capital estrangeiro encontra rotas. O imperialismo, também, ocorre pela forma econômica, e a espoliação das empresas brasileiras, assim como seus lucros, faz parte da relação centro-periferia; extrai, sobremaneira, os lucros e os leva para fora.

A privatização da BR Distribuidora contempla esse cenário, e, apesar de seus números econômicos e financeiros serem favoráveis, não escapou da privatização, pois o que sempre esteve em curso não foi a privatização em si da empresa, mas sua consequência: a desmobilização e o sucateamento. Como descreve o ex-diretor da BR Distribuidora, houve um completo desmonte da Petrobras e uma entrega do bem público, em que a soberania energética é colocada em xeque, um verdadeiro crime lesa-pátria, de acordo com suas palavras.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Niemeyer; PAULANI, Leda. Regulação social e acumulação por espoliação- reflexão sobre a essencialidade das teses de financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. *Economia e sociedade*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 243-272. 2011.

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. *Tempo*, Rio de Janeiro, n.1, p.77-123. 2005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/tem/a/Fzm4BXPmV6GGbBdFvwpPSh/?format=pdf&lang=pt>

ANDRADE, Daniel Pereira de. O que é neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, v.34, n.1, p. 211-239. 2018

ANTUNES, Ricardo. *Trabalho e precarização numa ordem neoliberal*. Disponível em:
<https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>

ARAUJO, Victor. *A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico*. Centro Celso Furtado, n.1. 2023. Disponível em: https://centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/TDD_01_2023.pdf

ASSAF, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. São Paulo: Atlas. 2020.

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. *As alternativas do Brasil diante da crise do Petróleo*. 1976.

AVERBUG, André. *Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90*. Rio de Janeiro: BNDES. 1990.

AZEVEDO, Sergio Gabrielli.; LEAO, Rodrigo Pimentel,Ferreira. *A mudança estrutural da precificação do petróleo (1970-1991): da força da Opep ao domínio dos mercados consumidores e das finanças*. I Rio de Janeiro: Ineep, 2020.

AZEVEDO, Sergio Gabrielli; LEAO, Rodrigo Pimentel,Ferreira; NOZAKI, William Vella. *A disputa pelos preços na era de ouro do pós-guerra: a competição entre as “Sete Irmãs” e os países produtores de petróleo*. Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Rio de Janeiro: Ineep, 2019.

BASTOS, Carlos; FERRAZ, Fernando. *A economia brasileira na primeira metade dos anos 1990: inflação, mudança estrutural e estabilização*. São Paulo: Hucitec. 2021

BASTIAN, Eduardo. O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativa de suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 43, n.1, p.139-166, jan.-mar. 2013.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOITO JR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica Marxista*, n.17. Rio de Janeiro: Revan. 2003.

BOITO. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Fórum econômico FGV. São Paulo. 2012.

CARCANHOLO, Marcelo. Origens e atualidade da teoria marxista da dependência. *Serviço social e sociedade*, v.146, n.3.2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sbLCrKwNcH3JdB7YkJY6n7v/#>

CITTADINO, Gisele. *Operação Lava Jato, lawfare e poder judiciário*. In: AUGUSTO JR, GABRIELLI e ALONSO JR (orgs). *Operação lava jato Crime devastação econômica e perseguição política*. São Paulo: expressão popular. 2021

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS*. Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993.

DIEESE. *Empresas estatais e desenvolvimento: consideração sobre a atual política de desestatização*. Nota técnica, n.189. 2018.

DUMÉNIL Gérard; LÉVY Dominique. *A crise do Neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo.2014.

DUMÉNIL Gérard; LÉVY Dominique. Neoliberalismo – Neoimperialismo. *Economia e sociedade*, Campinas, v.16, n.1, p. 1-19. 2007.

DUMÉNIL Gérard; LÉVY Dominique. O imperialismo na era neoliberal. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, p.11-36, 2004. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo186artigo1.pdf

DREIFUSS, Rene, A. 1964: a conquista do estado ação política, poder e golpe de estado. 3ª edição. Rio de Janeiro: Vozes.1981

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990. pp. 227-255.

FIORI, José. *A doutrina de Babel e a nova doutrina de segurança dos Estados Unidos*. In: LEÃO e NOZAKI, Rodrigo e William (orgs). *Energia e petrolíferas globais: transformações e crises*. Rio de Janeiro: Inep-Flacso.2018

FIORI, José. *A guerra, a energia e o novo mapa do poder mundial*. Rio de Janeiro: Vozes. 2023.

FONSECA, Francisco Cesar Pinto da. *O consenso forjado*. A grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec.2005.

FONSECA, Francisco Cesar Pinto da. *A era FHC e as privatizações: ocultação midiática e blindagem institucional da corrupção*. In: BIASON e LIVIANU (org). *A Corrupção na história do Brasil*. São Paulo: Mackenzie. 2019.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5114393/mod_resource/content/1/FRIEDMAN.pdf

FURNO, Juliane. *Imperialismo: uma introdução econômica*. Rio de Janeiro: Da Vinci. 2022

GIAMBIAGI, Fabio; PINHEIRO e Armando. *As empresas estatais e o programa de privatização do governo Collor*. In: Texto para discussão. Brasília: IPEA. 1992. Retirado em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1540>

GIAMBIAGI, Fabio; PINHEIRO e Armando. *Os antecedentes macroeconômicos e a estruturação institucional da privatização no Brasil*. Brasília: BNDES. 1999. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15306/1/Cap%201-%20Os%20antecedentes%20macroeconômicos%20e%20a%20estrutura%20intitucional_P_BD.PDF

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 15 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2023

GROS, Denise Barbosa. *Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional*. In: Ensaio FEE, v. 29, n.2. 2008

HARVEY, David. *O neoliberalismo: História e implicações*. São Paulo. Loyola. 2008. Disponível em: <https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008>

HAYEK, Friedrich August Von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto liberal. 1990

LACERDA, Antônio Corrêa; RAMOS, Andre Paiva. A emenda constitucional (EC) 95 e o engodo do “teto de gastos” In: LACERDA, Antônio Corrêa. *O mito da austeridade* (org). São Paulo: contracorrente. 2019. Edição e-book kindle

LÊNIN, Vladimir. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). *Revista UFG*, Goiânia, v. 13, n. 11, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390>

MARIUTTI, Eduardo Barros. *O colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos*. In: Texto para discussão. Unicamp. IE. N.º 415.2021. Retirado em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD415.pdf>

MARINI, Ruy. *Dialética da dependência*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod_resource/content/2/7.%20Dial

ética%20da%20Dependência%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20Até%20p.28.pdf

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. *The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective*. London: Harvard university press. 2009

MISES, Ludwig Von. *Ação humana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil. 2010.

MISES, Ludwig Von. *O cálculo econômico sob o socialismo*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil. 2012

MIZOCZKY, Maria; ABDALA, Paula; DAMMBORIARENA, Luiza. A trajetória ininterrupta da reforma do aparelho de Estado no Brasil: continuidades nos marcos do neoliberalismo e do gerencialismo. *Administração pública e gestão social*, Viçosa, v.9, n. 3, p.184-193, 2017

NOZAKI e CARDOSO JR. William e José. *Introdução: para uma refundação democrática do estado no Brasil*. In: CARDOSO JR. José (org) *A constituição golpeada: 1988-2018*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2018

NOZAKI, William. *Capitalismo e corrupção: o caso da Petrobras e a Operação Lava Jato*. In: texto para discussão, Rio de Janeiro: INEEP, 2020. Disponível em: https://ineep.org.br/wp-content/uploads/2020/06/td_capitalismo-e-corrupcao_n-16_nozaki_vf1.pdf

OLIVEIRA, Gesner. TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudanças em condições adversas. In: *Tempo social*. USP. V°15, N°2. 2003. Retirado em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/Bq8MMGKBKCFqY9QLnwNFyFH/?format=pdf&lang=pt>

PAULANI, Leda. *A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história*. Boletim de economia e política internacional. IPEA, n.10, p.88-102.2012

PAULANI, Leda. Brasil delivery: a política econômica do governo Lula. *Revista de economia política*. São Paulo, v.23, n.4, p.563-579. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/DwXHh34SnprKLdwRNxHDCb/?format=pdf>

PETROBRAS. *Petrobras distribuidora, uma trajetória vitoriosa*. 2011. Disponível em: https://museudapessoa.org/wp-content/uploads/2021/07/br_40_anos_08-12-11_finald1.pdf

PETROBRAS. *Fato relevante*. Estudos para oferta pública de ações da Petrobras Distribuidora S.A. Retirado em: https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/comunicados-ao-mercado-central-de-downloads/12c6aa1da843619260894ad6db45c8b29d4c625d47b8e65a9ff6bea037e209bd/fato_relevante_estudos_para_oferta_publica_de_acoe.pdf

PETROBRAS. *Fato relevante*. Aprovação da reforma do Estatuto Social da Petrobras Distribuidora e da sua reestruturação societária. Disponível em: https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/comunicados-ao-mercado-central-de-downloads/475b8111f41ff0c8140c2c897a1af63e4635662dcd11cce5097dc89cc7455a56/aprovacao_da_reforma_do_estatuto_social_da_petrobr.pdf

PETROBRAS. *Relatório de atividades*. 2008. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/apresentacoes-relatorios-e-eventos/relatorios-anuais/>

PETROBRAS. *Relatório de atividades*. 1993. Retirados pela Lei de acesso à informação.

PETROBRAS. *Relatório de responsabilidade social*. 2002. Disponível em: <https://www.vibraenergia.com.br/sites/default/files/2021-07/relatorio-sustentabilidade-br-petrobras-2002.pdf>

PETROBRAS. *Ajustes no plano de Negócios e gestão 2015-2019*. 2016. Disponível em: https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/comunicados-ao-mercado-central-de-downloads/efd2766e9897ade55e5ea60f94cec18b0e9dbda50e1b35897a16078b5862391d/fato_relevante_ajustes_no_plano_de_negocios_e_gestao_20152019.pdf

PETROBRAS. *Processo de Venda de Participação na Petrobras Distribuidora*. 2016. Disponível em: https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/comunicados-ao-mercado-central-de-downloads/058e73289f6b646c280d0a165cd7b354c6ef71bbcee4092bc5e6d4582673d31e/fato_relevante_processo_de_venda_de_participacao_n.pdf

PETROBRAS. *Demonstrações contábeis*. 2018. Disponível em: https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/central-de-resultados-central-de-downloads/e0902739d6bdc04503fb7cf4f2cad15929e0bc894b0ab1144cce7fafbf4a835e/demonstracoes_financeiras_da_br.pdf

PETROBRAS. *Petrobras informa sobre precificação da oferta pública de ações da Petrobras Distribuidora (BR)*. 2019. Disponível em: https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/comunicados-ao-mercado-central-de-downloads/ee9586f5d8d5c82c5e564fe0a657c99a7656eccedcb3d70ef1f2da687abe4d66/petrobras_informa_sobre_precificacao_da_oferta_pub.pdf

PETROBRAS. *Demonstrações financeiras*. 2021. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/62a9ccc2-cc8b-8819-a870-44204e2f97c8?origin=1>

PMDB. *Uma ponte para o futuro*. Brasília. 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-

%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Fundação%20Ulysses%20Guimarães.pdf

PEREIRA-BRESSER, Luis Carlos. Democracia, estado social e reforma gerencial. *Revista de administração de empresas*, vol. 50, n. 1, p-112-116. 2010.

PRASHAD, Vijay. *Balas de Washington. Uma história da CIA, golpes e assassinatos*. São Paulo: expressão popular. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *A nova fase da privatização*. Brasília: Presidência da República. 1995.

PICCOLO, Monica. A privatização estruturada: o PND no governo Collor (1990-1992). *Outros tempos*, vol. 10, n. 16. 2013.

RIBEIRO, Amaury. *A Privataria tucana*. São Paulo: Geração editorial. 2011.

SAAD-FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. *Marx e o marxismo*, vol. 3, n. 4. p. 59-72. 2015.

SADER, Emir (org). *A construção da hegemonia pós-neoliberal em Lula e Dilma*. 10 anos de pensamento pós-neoliberal no Brasil. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: Flacso. 2013

SALLUM JR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso. Neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social*, vol.11, n. 2. 1999.

SALLUM JR, Brasílio. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo? *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, vol. 1, n. 3. 2011.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: ayachuco. 2011. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8093183/mod_resource/content/1/Imperialismo%20y%20dependencia%20C%20theotonio%20dos%20santos.pdf

SANTOS, Theotonio dos. A estrutura da dependência. *Revista da sociedade brasileira de economia política*, v.1, n.30. 2011. Disponível em:
<https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/886>

SILVA, Haroldo. da; FONSECA, Francisco. César. Pinto. da. Os industriais e a prematura desindustrialização brasileira. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 41–68, 2023. DOI: 10.5902/2236672586446. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/86446>. Acesso em: 3 dez. 2024.

SINGER, André. Os sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: companhia das letras.2012

Sites

ANP. *Produção das concessionárias que atuam na exploração de petróleo no Brasil de 2011 a 2019 em percentual*. 2011-2020. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/geografares/docannexe/image/886/img-1.png>

FOLHAUOL. *Petrobras fecha capital da BR Distribuidora*. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 de outubro de 2000. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2110200008.htm>

JOURNAL. *Investimentos anuais da Petrobras nos diferentes segmentos*. 2006-2018. Retirado em:
<http://journals.openedition.org/geografares/docannexe/image/886/img-2.png>

JOURNAL. *Número de Trabalhadores da Petrobras e suas subsidiárias*. 2001-2019. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/geografares/docannexe/image/886/img-3.png>

PODER360. *Petrobras anuncia precificação da oferta pública de ações da BR*. poder360. 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/06/br-distribuidora-acoes-30jun2021.pdf>

SINDICOM. *História da distribuição de combustíveis no Brasil*. 2010.

VILAIN, Caroline. *A estratégia americana de energia e suas petrolíferas privadas: a centralidade de México e Brasil*. INEEP, Rio de Janeiro. 2018. Disponível em:
<https://ineep.org.br/a-estrategia-americana-de-energia-e-suas-petroliferas-privadas-a-centralidade-de-mexico-e-brasil/>